

1

RECENSÕES

2

4

A *Abertura da Europa e de Portugal ao Extremo Oriente e ao Brasil*. *Revista Portuguesa de História do Livro*. Ano XIV, vol. 28, Edições Távola Redonda, Lisboa, 2011, pp. 726, ISSN: 0874-1336.

O vol. 28 da *Revista Portuguesa de História do Livro* constitui uma homenagem ao filósofo francês Marcel Conche, professor jubilado da Sorbonne, por ocasião do seu 90º aniversário. Dando particular relevo à tradução francesa e comentário do filósofo francês ao *Tao Te King* (2003), um texto em chinês clássico do séc. VI a. C. que constitui um dos alicerces filosóficos do taoísmo, a primeira parte do volume apresenta precisamente um estudo de António Miguel de Campos, autor de uma nova tradução portuguesa daquela obra, em que são descritas as características específicas daquele texto filosófico, confessadamente ambíguo e enigmático. Segue-se um conjunto de estudos de Manuel Cadafaz de Matos, acerca das relações históricas e culturais entre a Europa e a China, nomeadamente entre Portugal e a China, não apenas na sua expressão material e mercantil, mas antes no reconhecimento da sua forte componente religiosa, cultural, científica e filosófica, visível através do livro e da transmissão do cristianismo e dos progressos científicos e tecnológicos que este promoveu. Particularmente dignas de interesse são as gravuras que acompanham o fac-simile da obra do Pe. Gaspar Ferreira S.J., *Método para a Recitação do Rosário* (pp. 92-121). A vida e obra do filósofo francês Marcel Conche ocupa então as páginas 239-303, precedidas ainda de dois estudos sobre a ante-História do livro na China, o interesse pelo Taoísmo na obra do filósofo francês e o interesse simultâneo quer pelo helenismo quer pela antiga filosofia chinesa.

A Segunda Parte do volume é dedicada à memória de Duda Guennes, jornalista brasileiro radicado em Portugal. Nela são publicados diversos estudos (de Luís Guilherme Pontes Tavares e de Manuel Cadafaz de Matos) acerca da actividade da imprensa no Brasil, desde o séc. XVII até aos nossos dias, assinalando assim o 2º centenário da introdução da imprensa na cidade de S. Salvador da Baía.

Além destas duas partes anunciadas pelo título do volume (*A Abertura da Europa e de Portugal ao Extremo Oriente e ao Brasil*), a obra integra ainda uma Terceira, uma Quarta e uma Quinta Partes. Enquanto a Terceira reúne quatro estudos (do director da publicação, Manuel Cadafaz de Matos, de Maria Valentina Mendes, de Tiago Marques e de Benedetta Contin) acerca da imprensa na Europa ocidental e mediterrânica, a Quarta e a Quinta reúnem um conjunto de trabalhos da autoria do director da revista: a Quarta Parte reúne três estudos de natureza iconográfica; a Quinta Parte, de raro interesse para o espaço ibérico, ocupa-se da História da edição musical, dando particular relevo à obra de Tomás Luís de Victória e às suas relações com Portugal.

Sem aviso prévio, porém, o leitor é levado da área conceptual das edições musicais de Tomás Luís de Victória até Hans Bethge (1876-1946) e à sinologia germânica e à obra do filósofo romeno Emile Cioran (1911-1995), no que parece constituir uma omissão da organização estrutural do livro. De facto, as páginas finais do volume parecem pertencer a uma eventual *Varia* que o leitor esperaria fosse de algum modo assinalada, mas que vêm ainda indexadas ao título daquilo a que chamei Quinta Parte: “Para a História da Edição Musical”.

Entre cerca de 150 páginas de valor científico algo desigual (pp. 563-702) sucedem-se então os artigos temáticos, os projectos, as recensões, a simples correspondência pessoal e a evocação (*In memoriam*) de diversas figuras da intelectualidade, recentemente desaparecidas (entre elas Jacqueline de Romilly, Aníbal Pinto de Castro, Luís de Sousa Rebelo e Vitorino Magalhães Godinho).

A erudição e a interdisciplinaridade a que Manuel Cadafaz de Matos já habituou os seus leitores ganharia em ser acompanhada de maior esmero do ponto de vista da apresentação final do texto (esmero nem sempre compatível com a torrencialidade da escrita), bem como de maior apuro do ponto de vista da concepção e organização interna do livro propriamente dito, qualidades que se deveriam reflectir desde logo no respectivo sumário.

Uma gralha a corrigir na própria capa: ao volume nº. 28 de 2011 deveria corresponder o Ano XIV de publicação (e não XIII), como aliás se lê no rodapé interno das páginas iniciais de artigos como p. 19, 51, 129, etc. (*Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição*, Ano XIV, nº. 28 – 2011) e ainda na página final do próprio volume, onde a dúvida é completamente esclarecida.

MARGARIDA MIRANDA

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel, coord.: *Fílon de Alexandria nas Origens da Cultura Ocidental* (Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2011) 155 p. ISBN 9789729376221.

O volume em recensão reúne parte dos resultados da investigação realizada no âmbito do Projecto «Fílon de Alexandria nas Origens da Cultura Ocidental», integrado no Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, e cujo objectivo é estudar e traduzir a obra do filósofo judeu de Alexandria, bem como a sua recepção na filosofia, teologia e exegese cristã. A maioria dos textos aqui publicados foi comunicada ao público numa jornada realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Março de 2011. As excepções são os artigos de Manuel Alexandre Júnior («A sofística alexandrina sob o olhar crítico de Fílon de Alexandria»), de Maria Fernandes («*Physis* no tratado de Fílon de Alexandria *De Iosepho*») e de Sofía Torallas Tovar («Fílon de Alexandria na interpretação das Escrituras»), tendo este último, todavia, sido igualmente apresentado na Faculdade de Letras de Lisboa, cerca de um mês antes do encontro que motivou esta publicação.

Figura de peso considerável na cultura da Antiguidade Clássica, quer pela qualidade e quantidade dos seus escritos, quer pelo que significa em termos de produto cultural, de síncrese entre os saberes orientais – designadamente o judaísmo – e os greco-romanos, Fílon está longe de ser das personalidades antigas mais bem tratadas entre nós. Com a mui honrosa excepção de Manuel Alexandre Júnior, que tem centrado no filósofo do século I quase toda a investigação que tem feito ao longo da sua carreira científica, poucos são os estudos que os investigadores portugueses têm dedicado a Fílon. Tomamos mesmo a liberdade de recordar o seminário de Literatura Grega que frequentámos com êxito na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Doutor Manuel Alexandre Júnior, no já longínquo ano lectivo de 1991-1992, dedicado à retórica helenística e em que a obra de Fílon tinha um peso considerável. Por razões várias, os nossos estudos de Mestrado acabaram então por se centrar num outro judeu helenístico, aliás contemporâneo de Fílon – Flávio Josefo –, mas em quem as afinidades culturais facilmente se percebem e detectam.

O estudo de exegese filónica com que Manuel Alexandre Júnior abre este volume, «Fílon de Alexandria na interpretação das Escrituras» (pp. 9-22), funciona como introdução ao tema. Com este texto, o A. visa responder a três questões de base: 1ª «Para quem escreveu Fílon os seus

tratados?»; 2ª «O que pretendeu ele com os seus versáteis comentários e interpretações?»; 3ª «De que abordagens hermenêuticas se socorreu para transmitir aos contemporâneos a sua visão da essência da revelação bíblica?» (p. 9). E M. Alexandre Júnior é bem sucedido na tarefa de lhes responder. Depois de recuperar a metodologia tradicional judaica, o A. centra-se nas propostas inovadoras de Fílon, que resultam sobretudo da influência grega no seu pensamento e da aplicação das categorias helénicas aos conceitos judaicos. Alexandre Júnior salienta inclusive o facto de Fílon recorrer a sínteses dos sistemas filosóficos gregos, criando assim o seu próprio código hermenêutico. Neste sentido, é igualmente importante o recurso ao método da alegoria e da interpretação alegórica – aqui designado como *allegorese* – em que, de certo modo, Fílon se especializou, e Manuel Alexandre Júnior não o descarta, considerando mesmo, de forma pertinente, que essa foi uma das principais vias para a originalidade que consiste na conciliação da «revelação judaica» com a «filosofia grega», de que Fílon é exímio representante.

Sofía Torallas, investigadora do CSIC – Madrid, apresenta um estudo acerca de «La lengua de Fílon de Alejandría en el panorama lingüístico del Egipto Romano» (pp. 23-36). Trata-se de um texto fortemente marcado pela metodologia retórica em que se insere, na hermenêutica da *koine* do período helenístico. A A. conclui que em Fílon é possível encontrar especificidades linguísticas, em parte derivadas da influência grega, em parte da judaica, e que juntas convergem para a concretização dessa mesma originalidade filónica.

A Tatiana Faia, investigadora do CECUL, cabe o estudo de um dos temas mais originais deste volume: «*Embaixada a Calígula* de Agustina Bessa-Luís e uma Memória de Fílon de Alexandria» (pp. 37-46). Com efeito, não é de todo comum ou sequer evidente a uma primeira leitura a identificação de uma influência directa de Fílon num autor da língua portuguesa. Mas é o que verificamos na *Embaixada a Calígula*, livro de memórias de Agustina, qual evocação da *Legatio ad Gaium*. Pelo menos ao nível do título. A *Legatio* é, quanto a nós, um dos textos mais importantes de Fílon, dada a quantidade e a qualidade de informação histórica que contém. T. Faia, porém, prefere uma perspectiva alternativa e opta por uma leitura mais centrada na conceptualização e perspectivização filosófica. Como é evidente, trata-se de um dos pontos em que a análise comparatista é possível e, eventualmente, pertinente.

Rodrigo Miguel Duarte, investigador do CECUL, analisa a presença da doutrina do *logos endiathetos* e *prophorikos* na cristologia patrística,

partindo do ambiente criado em pleno helenismo e que possibilitou a aliança entre a hermenêutica judaica e a filosofia grega (em particular o estoicismo), de que Fílon é simultaneamente agente produtor e produto. Eventualmente, por via de Fílon, estas perspectivas terão sido adoptadas pela patrística, que as usou enquanto recurso para as suas propostas de explicação da natureza do Filho de Deus ou *logos* de Deus. Esta perspectiva, porém, como conclui o A., acabou por ser posta em causa, e até mesmo por ser rejeitada, pelos teólogos, a partir do século IV.

Em «O profetismo no tratado *De Iosepho* de Fílon de Alexandria» (pp. 81-110), Maria Fernandes, igualmente investigadora do CECUL e do CHUL, começa por discorrer acerca da pertinência, ou eventual falta dela, de analisar o tema do profetismo num tratado dedicado à figura bíblica de José, quando bíblicamente esta é uma personagem polémica do ponto de vista dessa categoria. De qualquer modo, a investigadora acaba por concluir que, no quadro do *corpus* filónico, José acaba por se revelar uma personagem profética, ao nível de outras figuras como Jacob, Isaías, Jeremias, Jonas e Samuel. Teria sido igualmente interessante e, quanto a nós, pertinente, comparar este tratamento da figura de José com a forma como Josefo a reconstrói nas *Antiquitates*, partindo, talvez, dos estudos que L. H. Feldman dedicou já ao assunto. Fica registado o desafio para a A.

César Motta Rios escreve sobre «Exílio, diáspora e saudades de Jerusalém: estudo em *Jeremias* 29:1-14 em Fílon de Alexandria» (pp. 91-110). O A. começa por fazer uma distinção entre «exílio» e «diáspora», que, no contexto em causa, ganha de facto alguma pertinência. Ao mesmo tempo, César Rios apresenta os objectivos do seu estudo e a forma como estes se articulam com o título que propõe para o mesmo, o qual, todavia, causa alguma confusão no leitor (talvez fosse preferível a fórmula «de *Jeremias*» a «em *Jeremias*»). De qualquer modo, o método seguido pelo A. aproxima-se do estudo de paralelismos de tipo comparatista, seguindo o que o já referido Louis Feldman tem feito relativamente a Flávio Josefo e à paráfrase bíblica deste autor, analisando *pari passu* os vários elementos em causa. Como acontece com o historiador judeu, verifica-se no texto filónico a existência de interpretações e de leituras que variam de acordo com a conjuntura sócio-política dos autores helenísticos, que perspectivam as suas versões bíblicas ao sabor dos interesses que o seu próprio tempo lhes proporciona. Babilónia e Alexandria, e respectivos enquadramentos políiticoculturais, são, naturalmente, as plataformas de produção interpretativa destes textos. Uma palavra ainda para o uso de uma fórmula como «saudades de Jerusalém»,

tão cara às culturas de língua portuguesa e eventualmente pertinente apenas nesse mesmo enquadramento.

O segundo texto de Maria Fernandes, «*Physis* no tratado de Filon de Alexandria *De Iosepho*» (pp. 111-120), centra-se na análise de um conceito essencialmente usado em contexto filosófico: *physis*. A A. começa por expor as várias propostas de definição/tradução do termo grego, para de seguida aplicar as várias possibilidades detectadas a contextos filónicos, em si mesmos complexos. Quanto ao segundo estudo de Manuel Alexandre Júnior, «Filon entre os Sofistas de Alexandria. A sofística alexandrina sob o olhar crítico de Filon de Alexandria» (pp. 121-136), o A. giza um esboço da importância cultural da cidade greco-egípcia e, por conseguinte, do ambiente em que Filon viveu, para o relacionar com a Atenas do século V a. C. e com uma das suas expressões culturais mais significativas: a Sofística. Esta, todavia, é agora analisada através do periscópio filónico do tempo do filósofo.

O último texto, da autoria de Sarah Pearce, ««Philo of Alexandria on Jewish Law and Jewish Community»» (pp. 137-154), recupera alguns dados já tratados em textos anteriores, como o enquadramento cultural e a estrutura essencial do pensamento e do sistema filosófico-hermenêutico de Filon, mas tem a novidade de abordar a figura de uma perspectiva mais histórica – recorrendo ao testemunho de Josefo para o efeito – assim como da sua relação com a comunidade judaica a que pertencia.

No que diz respeito aos aspectos formais e mais propriamente editoriais, parece-nos evidente a falta que o leitor sente de índices remissivos finais (topoantropónimos e de passos citados), bem como de uma bibliografia geral conjunta. Estranhámos igualmente que alguns autores optem por formas onomásticas menos correctas em português: e.g. «Ptolomeu» por «Ptolemeu» (p. 10), «Aristóbulo» por «Aristobulo» (p. 13) ou «Gémelo» por «Gemelo» (p. 40). Existe ainda alguma heterogeneidade editorial, na apresentação dos vários artigos (alguns incluem «abstract» outros não, por exemplo). De qualquer modo, nenhum destes aspectos menos positivos diminui, quanto a nós, nem a qualidade científica nem a importância que este volume significa para a cultura portuguesa. Aguardamos, por isso, com ansiedade a publicação de traduções portuguesas da obra do pensador alexandrino.

NUNO S. RODRIGUES

ALEXANDRE, R.; GUÉRIN, Ch.; JACOTOT, M., Rubor *et Pudor*. *Vivre et Penser la Honte dans la Rome Ancienne*, Paris, Éditions Rue d'Ulm, Études de Littérature Ancienne 19, 2012, 143 pp. ISBN: 978-2-7288-0465-8.

Este conjunto de trabalhos remete-nos para a inesgotável e sempre renovável área dos conceitos tipicamente romanos, tanto mais cativante, à partida, quanto nas últimas décadas se tem verificado, sobretudo nas sociedades ocidentais, um esforço de libertação em relação aos constrangimentos sociais e religiosos que poderiam provocar o estado anímico que o conceito em estudo implica. Aqui reside um problema metodológico crucial, na medida em que, conforme os editores deste volume sublinham na introdução (p. 9-10), um conceito antigo não pode ser estudado fora do seu contexto original, com base na aplicação automática do ponto de vista moderno, sob pena de se inquinarem irreversivelmente os resultados de todo o trabalho científico. Neste âmbito, o método seguido parece-me, de facto, o mais adequado, pois as sucessivas contribuições analisam o conceito específico de *pudor*, e suas variantes, dentro do quadro mais vasto da *temperantia*, uma das quatro virtudes cardeais romanas, de matriz ancestral, filosófica e retórica. Simultaneamente, os autores revelam uma aguda consciência do papel estrutural do paradigma na Roma antiga, onde todos os actos são ponderados em função de exemplos anteriores, e todos os actos são susceptíveis de se instituírem como exemplos para a posteridade; onde o máximo objectivo de vida é deixar aos vindouros uma imagem pessoal abonatória, e o principal factor de inibição é o medo da infâmia eterna.

Estes pressupostos gerais estão presentes ao longo das sete colaborações que compõem este volume, o que denota o esforço de coordenação e de coerência científica dos editores e dos autores. Jean-François Thomas, autor do primeiro trabalho, dedicado à fixação do campo lexical, começa por afirmar que, entre os Romanos, “ninguém existe senão através do olhar do outro” e que tal “provoca um forte impacto no interior de cada um”. Ainda na mesma página (13), Thomas adianta que o vocabulário que se propõe tratar “exprime contenção e consciência do bem”, inscrevendo claramente o conceito de ‘vergonha’ no âmbito da virtude cardinal da *temperantia*. “Inversamente, o homem *impudens* é”, segundo Florence Dupont (p. 33), “aquele que, incapaz de um sentimento de vergonha, é desprezado pela colectividade por causa da sua maneira de agir”. Esta autora abre assim uma sequência de três artigos que se debruçam sobre as valências do conceito de *pudor* em domínios muito específicos: 1) Florence Dupont, em particular,

atesta a influência desta “emoção ética” nas regras de conduta do orador, com base no *De Oratore* de Cícero; 2) de seguida, Sylvie Arnaud-Lesot parte do *De Medicina* de Celso para estabelecer o que pode provocar vergonha em médicos e pacientes; 3) por último, Annette Ruelle sistematiza as situações em que alguém pode, legalmente, expor outrem à vergonha em público. Não obstante a especificidade e a diversidade dos seus objectos de estudo, estes três trabalhos não se afastam dos princípios gerais que norteiam a colectânea. Por exemplo, Sylvie Arnaud-Lesot demonstra que, quando se verificam sinais exteriores de enfermidade, o doente sente vergonha devido ao entendimento generalizado de que a degradação do corpo é o resultado de uma conduta moral desregrada, isto é, desprovida de *temperantia* (p. 52-55). O julgamento colectivo é tão valorizado que, conforme exposto por Annette Ruelle, as formas de o manifestar publicamente, bem como as circunstâncias em que é e não é legítimo fazê-lo, acabam por ser consignadas na lei.

O artigo seguinte dá um passo em frente na análise do conceito de ‘vergonha’, passando para a evolução cronológica. A época considerada é o Principado, e a perspectiva é a das *virtutes imperatoriae*. Quando li o título do artigo de Stéphane Benoist, “Honte au mauvais prince, ou la construction d’un discours en miroir”, devo confessar que as minhas expectativas se voltaram para um eventual estudo em que Domiciano poderia assumir algum relevo. Este imperador não só constitui um paradigma do *malus princeps*, como também encarna uma subversão da relação conceptual tradicionalmente estabelecida entre *rubor* e *pudor*, que de resto dá o título à colectânea. Em *Hist.* 4. 40, Tácito diz que, inicialmente, o visível embaraço de Domiciano era entendido como um sinal exterior de modéstia. Porém, à medida que o tempo foi passando, percebeu-se que, na verdade, Domiciano usava o rubor como uma espécie de armadura, envergada para impedir que o pudor tomasse conta de si (*rubor, quo se contra pudorem muniebat*: Ag. 45). Enfim, as minhas expectativas foram frustradas, tenho de admitir. No entanto, também admito que cada autor selecciona um *corpus* textual adequado aos objectivos e à extensão da sua colaboração. Em contrapartida, se me é permitido dizer, o artigo de Stéphane Benoist é o único que aborda a vertente especificamente feminina, e basilar, do conceito de *pudor*, sem a qual o volume ficaria francamente empobrecido. Os exemplos ancestrais de Lucrecia e de Virgínia, e outros que se instituem durante o próprio Principado, como o de Octávia, servem a este autor para concluir que “o *pudor*, que é próprio das mulheres, é igualmente o que protege o *princeps*

dos excessos que um poder ilimitado pode oferecer-lhe impunemente, transformando-o num monstro tirânico” (p. 98).

Os dois últimos artigos concentram-se na era cristã. Laetitia Ciccolini inscreve o *pudor* cristão na linha da *temperantia* clássica, ao afirmar que “na vergonha, os autores cristãos vêem também, tal como os pagãos, a contenção que permite evitar a falta” (p. 104). Na mesma senda, Jacques Elfassi defende que o julgamento divino não substitui simplesmente o julgamento colectivo, tão importante na época clássica, e conclui: “o julgamento divino, sendo totalmente inacessível ao homem, não pode deixar de ser concebido segundo os critérios da sociedade em que se vive” (p. 126). Sem prejuízo de apresentarem as inovadoras conotações do *pudor* em correlação com noções específicas como ‘pecado’, ‘penitência’ ou ‘conversão’, Ciccolini e Elfassi empenham-se em deixar clara a continuidade que é possível traçar entre o conceito cristão e o seu predecessor clássico, conforme ele é tratado anteriormente na colectânea.

Em conjunto, os sete trabalhos que compõem este volume fornecem uma límpida, transversal e muito bem estruturada análise do conceito de ‘vergonha’, partindo do campo lexical e passando pela evolução cronológica, do Principado à era cristã. De acordo com a promessa inicial dos editores (p. 7-8), o estudo é sistematicamente desenvolvido com base em muitas e variadas fontes, e não a partir de uma definição prévia e moderna do conceito. A colectânea cumpre assim o objectivo final do estudo de um conceito antigo: reunir fundamentos para, como os Romanos acreditavam, aprender com o passado e, por emulação ou por distanciamento crítico, **legar** exemplos positivos à posteridade.

CARLA SUSANA VIEIRA GONÇALVES

CASTRO, D. JOÃO DE, *A Aurora da Quinta Monarquia (1604-1605)*, Introdução e edição de João Carlos Gonçalves Serafim, supervisão científica de José Adriano de Freitas Carvalho. Porto, co-edição CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (ISBN: 978-989-8351-10-4) e Edições Afrontamento (ISBN: 978-972-36-1186-1), 2011, 496 pp.

O Doutor João Carlos Gonçalves Serafim traz aqui a público, sob a forma de transcrição e edição diplomática, uma obra das mais representativas do

género profético, diretamente envolvida no movimento político-messiânico português do chamado sebastianismo, como se declara no seu título completo: “A Aurora / Da Quinta Monarchia, que ha / de ter a Christandade na Conquista / Universal do mundo; de que hão / de ser as prinçipaes <Cabeças> / Quatro Reys, sendo hũ d’elles El / Rey Dom Sebastião, coroado / por Emperador: com / outros muitos Príncipes, / e Potentados, futuros / Conquistadores / Repartida em çinco livros / segundo os diversos propositos. / Composta por Dom João de Castro / Paris: 1604-1605”.

O editor faz preceder este seu trabalho de uma Introdução em que descreve as primeiras manifestações da literatura profética em Portugal anteriores à data deste livro. Evoca as escassas referências de Fernão Lopes, as Trovas do Bandarra, que lhe servem de reiterada inspiração à *Aurora da Quinta Monarquia*, e o nome do “sapateiro santo” Simão Gomes; mas dá particular relevo aos fatores que propiciaram a tradição deste género literário, sobretudo no período entre o desastre de Alcácer Quibir e o fim do domínio espanhol, em que emerge a figura do Prior do Crato como tentativa frustrada de preservar a independência de Portugal e cujo insucesso acabou por abrir o caminho ao mito soteriológico de D. Sebastião sempre vivo e “Encoberto”, que havia de voltar um dia para salvar a Pátria.

Gonçalves Serafim considera que o escritor que mais contribuiu para o fomento e alimentação literária desta esperança e profecia foi D. João de Castro, que herdara o nome do antigo vice-rei da Índia seu avô e que combatera e ficara prisioneiro em Alcácer Quibir e, depois de resgatado, seguira o partido do Prior do Crato, com quem, todavia, se viera depois a incompatibilizar por ver nele falta de qualidades de chefia. Foi na sequência deste facto que D. João de Castro acabou por “inventar” a ideia de D. Sebastião continuar vivo, sobre a qual escreveu, no seu exílio em terras de França, uma grandiosa e variada obra, em grande parte ainda inédita e entre a qual se destaca a *A Aurora da Quinta Monarquia*, escrita entre 1604 e 1605.

Trata-se de um texto volumoso, dividido em quarenta e nove capítulos contínuos agrupados em cinco livros, e cujo conteúdo vaticina uma profunda transformação tanto da Cristandade em geral sob a égide de um Papa Angélico, como da estrutura política do mundo inteiro, em cuja conquista o rei D. Sebastião será chamado a exercer o papel de verdadeiro Imperador.

Para fundamentar as suas profecias, D. João de Castro inspirou-se em abundantes textos de vária proveniência, adaptando-os ao seu objetivo: da Bíblia, em particular dos profetas e do Apocalipse; da Patrística e de

muitos outros escritores cristãos; das profecias do abade Joaquim de Flora, entre muitos mais. E não faltam na sua *Aurora* repetidas transcrições de autores portugueses, entre os quais figuram com especial insistência o já referido Bandarra, sapateiro de Trancoso, e o Beato Amadeu, a cuja *Apocalypsis Nova* – obra de género afim e igualmente inédita e há mais de quinhentos anos, mas agora prestes a ser também publicada, em edição bilingue latino-portuguesa – D. João de Castro se refere algumas dezenas de vezes e lhe dedica por inteiro os capítulos 38, 39 e 40 da sua *Aurora da Quinta Monarquia*.

SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO

DIOGO DE PAIVA DE ANDRADE, *Antologia*. Organização e Tradução de António Guimarães Pinto, Lisboa, Esfera do Caos, 2011, 658 pp. ISBN 978-989-680-042-0

António Guimarães Pinto habituou-nos já a um nível regular de tradução de textos de qualidade, importantes para o estudo da cultura portuguesa do séc. XVI, textos injustamente esquecidos, ora pelo crescente desconhecimento da língua latina entre nós, ora pelo preconceito ideológico de que poderão ser vítimas

Desta vez, é mérito da Esfera do Caos, na série Novilatina, a edição de uma antologia de textos do grande humanista português, Diogo de Paiva de Andrade, teólogo formado na Universidade de Coimbra, que participou na última fase do Concílio de Trento, onde impressionou e alcançou prestígio. Projectado no cenário europeu, manteve o debate teológico e doutrinal com figuras do pensamento reformista da Europa e conheceu e relacionou-se com figuras de relevo do mundo católico de então.

Como o autor e tradutor desta antologia afirma na Introdução, este trabalho, que o leitor pressente feito com paixão e gosto, pretende conceder justo lugar de relevo a uma figura injustamente esquecida, que no seu tempo prestigiou o seu país no contexto europeu. Para o fazer, Guimarães Pinto concede a primazia da voz aos textos que selecciona, traduz e edita, deixando ao leitor o juízo crítico e a ponderação.

Uma introdução de 25 páginas prepara a leitura com um detalhado e bem documentado percurso biográfico do humanista onde se revelam de particular interesse os dados que no-lo apresentam na sua relação com as

figuras de outros humanistas do panorama português e europeu, no contexto do debate teológico contemporâneo. A apresentação das obras de Diogo de Paiva de Andrade na Introdução, para além de completar as informações do percurso biográfico, vem também facilitar ao leitor a compreensão da selecção antológica que posteriormente o autor explica e justifica. É ainda de assinalar que a apresentação das obras contextualiza as suas produção, edição e, por vezes, recepção literária.

Antes ainda da Antologia propriamente dita, um apêndice documental ilustra o contexto de controvérsia religiosa e o envolvimento de Diogo de Paiva de Andrade nas polémicas teológicas tridentinas. Este apêndice é constituído pelo texto latino e tradução de duas cartas de Diogo de Paiva de Andrade, dirigidas, uma ao Cardeal Hósio, outra a Bento Arias Montano e de igual modo texto latino e tradução das dedicatórias do *Examen Concilii Tridentini* de Martin Kemnicus, seu adversário, que nesta obra refuta os decretos de Trento e a doutrina ‘papista’, como lhe chama, referindo-se várias vezes ao teólogo tridentino e às questões em que se confrontaram.

A antologia reúne as traduções de uma *oratio* pronunciada diante dos Padres Conciliares de Trento, um prefácio ao *Stimulus Pastorum* de Frei Bartolomeu dos Mártires, os *Dez livros de Exposições ortodoxas* em que refuta as questões erguidas pelos ‘hereges’, sobretudo Martin Kemnicus, a *Defesa da Católica e integérrima fé tridentina*, composta em cinco livros e destinada igualmente a refutar várias teses heréticas, sobretudo as do mesmo Martin Kemnicus e, finalmente, os Sermões, em português, coligidos por Frei Manuel da Conceição, seu sobrinho, e Paráfrases de Salmos.

Apenas lamentamos neste trabalho o carácter minimalista do índice, que beneficiaria o leitor se indicasse os títulos e página correspondente de cada um dos vários sermões dos três volumes coligidos pelo sobrinho do pregador e aqui publicados, ou se apresentasse uma entrada e o número de página das paráfrases de salmos que se lhes seguem nesta edição. O mesmo se aplica às obras mais extensas, aos *Dez livros de Exposições Ortodoxas* que ocupam cerca de 200 páginas, e à *Defesa da Católica e integérrima fé tridentina*, que se estende em cinco livros por cerca de 100 páginas. Embora lhes dê início um índice de matérias tratadas em cada livro, não há nele qualquer informação de número de página. Um índice mais detalhado é fundamental para a consulta de uma obra tão rica que se oferece a várias perspectivas de leitura e na qual poderiam convergir vários interesses disciplinares dos investigadores dos nossos dias.

Pese embora o défice informativo do título, nada se retira ao valioso conteúdo da obra, assim eventualmente menos aproveitado pelo leitor. A antologia de textos de Diogo de Paiva de Andrade, da responsabilidade de António Guimarães Pinto, revela o sólido conhecimento da época e das matérias tratadas, a erudição crítica e o mérito científico da tradução a que já nos vem habituando o autor.

CARLOTA MIRANDA URBANO

DURÁN LÓPEZ, M^a. Ángeles: *Los Dioses en Crisis. Actitud de los Sofistas ante la Tendencia Religiosa del Hombre* (Madrid, Ediciones Clásicas, 2011) 440 p. ISBN 97884-7882-732-3.

A essência deste livro, cujo título remete para os problemáticos tempos em que vivemos – não necessariamente no domínio do religioso mas ao nível do político, do social e sobretudo do económico – centra-se no secular debate entre *mythos* e *logos*. Como nota o seu prefaciador, A. Melero Bellido, que enriquece a edição com um excelente estudo introdutório, trata-se de um livro de tese, bem documentado, tanto no que diz respeito às fontes que utiliza como no suporte bibliográfico crítico em que se sustenta.

De certo modo, o tema remonta aos séculos VI a.C., com Xenófanes, e V a. C., com Hecateu, autores gregos em quem a oposição clássica entre «mito» e «razão» se esboçava já com profunda pertinência. Mas é de facto no século V a. C., com a Sofística, que o debate ganha particular intensidade e relevo, como a A. bem demonstra. O estudo da religião grega ou, como assinala – e bem – Melero Bellido, das «manifestações religiosas gregas» (p. 9) é aqui feito de forma exaustiva, partindo da ideia de que o homem grego, ao contrário do homem moderno, não procurava na religião uma imagem do universo na qual a sua própria vida ganhasse significado e a sua conduta um fundamento ético. O homem grego vivia e valorizava acima de tudo o ritual, que tendia a invadir todos os quadrantes da sua existência. Tratava-se, por conseguinte, de uma outra forma de viver o religioso. E é esta a ideia que deve presidir ao estudo das «religiões gregas».

A verdade é que nos é praticamente impossível ter uma percepção clara da «religião segundo os Sofistas», dado o estado do material que deles nos chegou: maioritariamente fragmentado. Como tal, os testemunhos disponíveis apenas nos permitem ter acesso a uma visão mutilada da mesma. Ainda

assim, o *corpus* associado aos Sofistas, autores frequentemente maltratados por alguma da crítica moderna, permite uma análise do que os seus autores pensavam em traços gerais acerca dos deuses, da religião, do facto religioso em geral, da piedade, da vida *post mortem*, enfim, do fenómeno religioso enquanto manifestação intrinsecamente humana. Por outro lado, pela sua natureza essencial, os fragmentos que restaram das suas obras e tratados, do seu pensamento em geral, foram, claro, afectados pelos *media* que permitiram a sua sobrevivência. Designadamente, por Platão e pelo sistema platónico, cuja subjectividade afectou em definitivo o que hoje sabemos acerca dos Sofistas. A começar pela selecção dos passos e fragmentos que neles sobreviveram. Teria sido, por exemplo, do maior interesse conhecer o tratado de Protágoras *Acerca dos deuses*, em que, muito antes de Cícero, aparentemente se discutia o problema do conhecimento racional dos deuses por parte dos humanos. Um dos aspectos particularmente criticados nestes textos teria sido o carácter antropomórfico dos deuses, o que, na verdade, remontava já aos présocráticos, pelo que, também neste aspecto, os Sofistas se revelam herdeiros de uma tradição anterior.

Sintomático é que entre os Sofistas tenha já desaparecido a necessidade de distinguir religião de mito, o que, aliás, nem sempre é fácil num contexto como o da cultura politeísta grega. Mas «mito» e «rito» parecem ser temas já perfeitamente percebidos pela Sofística. Outros problemas abordados são os da piedade ou religião pessoal, aqui entendida ou associada ao fenómeno do henoteísmo (uma das problemáticas mais complexas, em termos de abordagem por natureza das fontes disponíveis, no âmbito do estudo das religiões antigas) e o das concepções acerca da vida no Além. Neste último domínio, sentimos falta, claro, de referências à obra, de certo modo pioneira, de M. H. da Rocha Pereira acerca das concepções de felicidade no Além entre os Gregos, desde os Poemas Homéricos até Platão. Já no que diz respeito ao henoteísmo, é particularmente interessante a associação que se faz com o pensamento de Anaximandro e o problema do *to theion*. Há ainda uma notável discussão em torno das problemáticas do ateísmo e da impiedade entre os Gregos.

Na verdade, há que reconhecer que os Sofistas não foram propriamente originais, na medida em que a sua atitude face à «religião tradicional» dos Gregos se insere numa tradição que remonta pelo menos a Hesíodo e passava por Heraclito, Sólon, Píndaro, Heródoto, Platão ou pelos já mencionados Xenófanes e Hecateu, que visavam já no seu tempo criticar, senão mesmo racionalizar, a mitologia. Ao mesmo tempo, há que levar em

conta a conjuntura cultural do tempo dos Sofistas, em que correntes paralelas de pensamento mostram que tal atitude em relação ao fenómeno religioso se coaduna com o que encontramos em outros *corpora* literários, como os escritos hipocráticos, que contribuíram igualmente para uma perspectiva crítica e racional indissociável do processo cultural que caracteriza a Grécia do século V a. C. Mas há que reconhecer a originalidade quando deparamos com ela e, para M^a. A. Durán, essa característica está no facto de os Sofistas terem abordado estes problemas do ponto de vista teórico. I.e., como problemas em si mesmos e não *en passant* num qualquer outro contexto.

Também o teatro e os seus autores se revelam fontes fundamentais para o tratamento desta problemática, designadamente Ésquilo e Eurípides, quer pelo «cumprimento da norma» quer pelo «eventual desvio dela» que estes escritores parecem representar. Se Ésquilo parece estar numa ponte construída entre a religiosidade olímpica/homérica tradicional e a religião cívica – numa espécie de compromisso qual sinal dos tempos que então se viviam –, já Eurípides, por exemplo, é outra peça-chave nesta discussão dado que, tal como Protágoras, chegou a ser acusado de ateísmo por alguns dos seus críticos. E, no entanto, estes terão sido dois dos intelectuais gregos que mais se terão preocupado com o problema da natureza dos deuses no seu tempo. Um eventual paradoxo, como nota a A. em conclusão, mas que não deixa de estar totalmente enquadrado no que conhecemos da Cultura Grega.

Em síntese, estamos perante um livro excelente. Um estudo sério, rigoroso, exaustivo que deverá servir de obra de referência para todos os que se dedicam ao estudo da religiosidade dos Gregos. Eventualmente, a edição poderia ser melhorada com a inclusão de índices de passos citados e de nomes próprios e temas. Há que não esquecer que estes são instrumentos de trabalho básicos, hoje fundamentais em qualquer edição científica.

NUNO S. RODRIGUES

EURÍPIDES, *Tragédias II*. Tradução do grego, Introdução e notas de Frederico Lourenço, José Ribeiro Ferreira, Maria do Céu Fialho, José Luís Coelho e Carlos Ferreira Santos. Lisboa, INCM, 2010.

O 2^o volume das *Tragédias* de Eurípides, que integra o projecto editorial da colecção Biblioteca de Autores Clássicos da Imprensa Nacional Casa da Moeda, coordenado por Maria de Fátima Sousa e Silva (Universidade

de Coimbra) e apostado na divulgação da totalidade das peças supérstites daquele dramaturgo grego, oferece ao público de língua portuguesa mais cinco tragédias: *Hipólito*, *Andrómaca*, *Hécuba*, *Héacles* e *Suplicantes*. Trata-se, no caso das duas primeiras, de uma reedição inteiramente revista das traduções publicadas nos anos 90 e 70 por Frederico Lourenço e José Ribeiro Ferreira, respectivamente, ambos professores da Universidade de Coimbra; as restantes foram traduzidas para integrarem a presente edição: *Hécuba*, cuja introdução é da responsabilidade de Maria do Céu Fialho (Universidade de Coimbra), foi traduzida e anotada por José Luís Coelho (Universidade de Coimbra), *Héacles* por Carlos Ferreira Santos (Universidade Católica Portuguesa) e *Suplicantes* por José Ribeiro Ferreira.

A ordenação das peças parece obedecer a um critério cronológico, pois, apesar de se desconhecer a data exacta de representação de cada uma delas, tem-se hoje como muito provável, para as situar cronologicamente, o período que decorre entre 430 e 420 a.C., exceptuando-se talvez *Héacles*, que, como defende o tradutor (pp. 255-258), poderá ter sido levada à cena cerca de 414 a.C. Um acontecimento histórico de magna importância as enquadra a todas, como, de resto, à maior parte da produção trágica de Eurípides que chegou até nós – a Guerra do Peloponeso. Ora, um dos aspectos temáticos que, de alguma maneira, unifica o conjunto de peças agora publicado – à excepção de *Hipólito* e de *Héacles* – é o seu posicionamento crítico relativamente à guerra, quer no que diz respeito às motivações humanas que a desencadeiam, quer às consequências demolidoras que ela provoca tanto para vencidos como para vencedores – temas que, com alguma insistência, percorrem a tragédia euripidiana. Os casos mais flagrantes são, evidentemente, *Andrómaca* e *Hécuba*, ligadas às narrativas sobre a guerra de Tróia, e *Suplicantes*, uma revisitação de alguns aspectos da lenda dos Sete contra Tebas.

Além de uma bibliografia geral sobre o teatro de Eurípides, cada peça contém, após a Introdução, uma bibliografia específica, actualizada, acerca dos mais variados aspectos que têm sido objecto da investigação dos especialistas.

As Introduções, que antecedem a tradução, abordam, de forma mais ou menos aprofundada, aspectos relativos à data de composição, ao contexto histórico em que as peças foram produzidas e apresentadas a público, ao mito tratado em cada uma delas – evocando tratamentos anteriores, na épica e na lírica, e mostrando as inovações do dramaturgo – à caracterização das personagens e ao sentido global das tragédias.

As traduções, baseadas no texto de James Diggle, primam pelo rigor, fluência e elegância, adaptando-se aos vários registos emocionais do texto de Eurípides – do *pathos* mais intenso ao mais frio exercício da razão.

No caso de *Hipólito*, uma reedição, Frederico Lourenço apresenta uma versão revista e modificada daquela que publicara em 1993: para além das diferentes opções relativas à tradução de conceitos como o de *aidos*, anteriormente traduzido por ‘pudor’ e agora por ‘respeito’, ou o de *sophrosyne*, agora traduzido por ‘castidade’ em vez da anterior ‘sensatez’, nota-se a louvável preocupação de oferecer um registo mais elevado, substituindo expressões mais vulgares da anterior edição, e também a de conferir um ritmo mais cadenciado às frases, quer nos diálogos, quer nas odes corais, o que, em geral, torna o texto mais agradável de ler e permite uma maior aproximação à beleza poética do texto de Eurípides.

A versão agora apresentada de *Andrómaca* é também uma revisão integral da que José Ribeiro Ferreira havia publicado em 1971. Preside a esta nova edição o objectivo de a tornar acessível ao leitor comum, não especialista, daí o corte substancial das notas, sobretudo as que diziam respeito a questões de crítica textual, e a procura de uma maior clareza da tradução, evitando alguns hipérbatos que dificultavam a apreensão do sentido do texto.

Acompanham as traduções preciosas notas explicativas que apresentam um equilibrado balanço entre a preocupação de esclarecer o leitor comum sobre referências mitológicas e sobre a interpretação de determinados passos ou conceitos gregos, por um lado; e, por outro, a de não esquecer também o leitor mais informado, a quem porventura interessará aprofundar as questões que têm suscitado maior polémica entre os críticos. Nota-se, porém, o cuidado de não sobrecarregar os textos com uma abundância de notas que obrigaria a constantes interrupções da leitura. O registo das notas em rodapé de página é também uma opção editorial que muito facilita o rápido acesso a esses esclarecimentos.

No entanto, notam-se algumas falhas no que respeita à uniformização de critérios. Por exemplo, nem todas as peças contêm o argumento, sem que se perceba a razão quer da sua presença quer da sua ausência; e também não há coerência no tratamento gráfico dado às partes faladas e às cantadas, optando alguns tradutores pelo uso exclusivo da prosa e outros por fazer a distinção, sem dúvida mais vantajosa para o leitor, desde que previamente explicada, entre umas e outras, com recurso ao verso para as partes líricas.

A pensar no público em geral, talvez fossem proveitosas algumas notas prévias, relativas aos argumentos das peças (o que são, donde vêm), às rubricas de cena e às partes estruturais da tragédia, bem como aos distintos modos de elocução que as caracterizam.

MARTA ISABEL DE OLIVEIRA VÁRZEAS

FERNÁNDEZ, Ángel Martínez. *Επιγραφές Πολυρροηνίας*, Athens: Hellenic Ministry of Culture and Tourism, TAPA, Publications of the *Archaiologikon Deltion* No. 103, 2012, 266 pp. ISBN: 978-960-386-028-0.

Este libro es un estudio y una edición crítica del *corpus* epigráfico de la antigua ciudad de Polirrenia, en total 81 inscripciones griegas y dos latinas. A estas inscripciones hay que añadir los textos incluidos en el libro en el apartado dedicado a los Testimonios filológicos y epigráficos que hacen referencia a esta ciudad (pp. 43-66). El estudio de las inscripciones se basa en la autopsia de las mismas y en el trabajo de campo sobre el lugar. El autor del libro ha realizado satisfactoriamente la labor propia del epigrafista de leer correctamente los textos, completar las partes perdidas dentro de lo posible, interpretar las no pocas dificultades que los textos presentan y datar correctamente los documentos.

Me parece digno de mención que el autor del libro para la realización de su estudio ha contado con la colaboración de relevantes figuras de Grecia en diferentes ámbitos (pp. 15-18). En el campo de la epigrafía y arqueología, se puede destacar la colaboración con María Andreadaki-Vlazaki, Ex-directora de la Eforía de Antigüedades Prehistóricas y Clásicas de Chania y actual Directora General de Antigüedades de Grecia, Charalampos Kritzás, Director Emérito del Epigraphical Museum de Atenas, Stavroula Markoulaki, Directora del Lugar Arqueológico de Polirrenia, y Vanna Niniou-Kindelí, Directora del Lugar Arqueológico de Apta. En el terreno de la cultura, destaca el apoyo de Antonis Papadimitriou, presidente de la Fundación Onasis.

Conviene destacar que la continua labor de campo en el lugar llevada a cabo por el autor ha permitido conocer un buen número de inscripciones inéditas encontradas por el propio autor, ya se trate de inscripciones publicadas en investigaciones recientes por A. Martínez, ya se trate de inscripciones publicadas en este libro por primera vez. En cuanto al primer

caso, se incluyen en el libro las inscripciones N^{os} 3, 23 A-Θ, 70-75 y 80 (*Actas del X Congreso Español de Estudios Clásicos*, II, Madrid 2001, pp. 589-595; *Fortunatae* 16, 2005, pp. 171-179 y *Epigramas Helenísticos de Creta*, Madrid 2006, pp. 218-220; *Οι Επιγραφές της Εκκλησίας των 99 Αγίων Πατέρων στην Πολυρροηνία*, Kissamos 2006, pp. 88-91; y *Exemplaria Classica* 9, 2005, pp. 85-91; respectivamente). Por lo que se refiere a inscripciones inéditas publicadas en el libro y descubiertas por el autor, se recogen las inscripciones N^{os} 69, 76 y 82.

El libro comienza con un Prólogo (pp. 15-18), un apartado de Bibliografía y Abreviaturas Bibliográficas (pp. 19-27) y una Introducción del libro (pp. 29-66). En la Introducción se estudia la historia de la antigua Polirrenia y se presentan todos los testimonios filológicos y epigráficos documentados hasta ahora referentes a Polirrenia. Se ha afirmado no sin fundamento que los *corpora* de inscripciones son una especie de archivo en piedra que nos puede facilitar un mejor conocimiento de la Historia de los pueblos antiguos. Ciertamente, en el caso de la presente edición las inscripciones nos facilitan, entre otras aportaciones dignas de mención, un mejor conocimiento acerca de la historia de esta ciudad cretense que llegó a disfrutar de un gran florecimiento en época helenística y, en menor medida, en época imperial.

Sigue a continuación el estudio del *corpus* de inscripciones conservadas de Polirrenia (pp. 67-83), Índices (pp. 185-202), un apartado de Láminas (pp. 203-260, Πίνακες), donde el autor incluye 164 Figuras de una excelente calidad tipográfica, y otro apartado de Mapas (pp. 261-264, Χάρτες). El estudio del *corpus* se presenta en tres apartados: 1) s. V a.C., una inscripción votiva a la diosa Hera (N^o 1); 2) Época helenística e imperial (N^{os} 2-82), donde se recogen Decretos (N^{os} 2-5), Cartas (N^{os} 6-7), Tratado de alianza (N^o 8), Inscripciones votivas (N^{os} 9-13), Inscripciones honoríficas (N^{os} 14-16), Inscripciones funerarias en prosa y en verso (N^{os} 17-27), Catálogos de nombres (N^{os} 28-76), Inscripciones fragmentarias (N^{os} 77-78), Inscripciones latinas (N^{os} 79-80) y otras inscripciones (N^{os} 81-82); y 3) Inscripciones cristianas (N^o 83). Por consiguiente, A. Martínez clasifica los textos de acuerdo con los distintos tipos de inscripciones y analiza en cada tipo las fórmulas empleadas. Parece oportuno señalar que el autor en la medida de lo posible no sólo estudia los textos y el aspecto de las inscripciones, sino también el soporte de los mismos y el contexto de los hallazgos.

Veamos una cuestión detalle. En el caso de la Inscripción N^o 26, los interrogantes planteados por el descubrimiento de la inscripción por parte del

autor del libro han dado, a su vez, recientemente como resultado la realización de una excavación arqueológica parcial, en el mismo emplazamiento en el que se encontró la inscripción, a cargo de la arqueóloga Stavroula Markoulaki, lo que ha supuesto el descubrimiento de algunos hallazgos arqueológicos no desdeñables que todavía se encuentran pendientes de estudio.

En suma, nos encontramos ante una muy meritoria edición crítica de las inscripciones de Polirrenia realizada con rigor, que ha sido publicada por el Ministerio de Cultura y Turismo de Grecia en su prestigiosa Serie de Anejos de *Archaiologikon Deltion*.

JOSÉ LUIS VECILLA FERNÁNDEZ

GONZALES, Antonio ed. *La fin du statut servile? (affranchissement, libération, abolition...)*. 30^e colloque du Groupe International de Recherches sur l'Esclavage dans l'Antiquité (GIREA) – Besançon – 15-16-17 décembre 2005. Hommage à Jacques Annequin. Besançon – Paris, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2008, vol. I: 1-282, vol. II: 283-568.

Reflexão de grande amplitude, não só em termos de autores e géneros considerados (Homero, Heródoto, Sólon, Tucídides, Aristófanos, Bíblia dos *Septuaginta*, Eusébio de Cesareia, Políbio, Petrónio, Artemidoro), mas também de tempos e espaços analisados (Antiguidade greco-latina, período árabe, o subsequente à conquista de Túnis por Carlos V a 21 de julho de 1535, o pré-colonial e colonial do Burkina Faso, o que antecedeu a Guerra Civil no Sul dos Estados Unidos, o séc. XVII na Antilhas), as atas obedecem a uma estrutura tripartida que considera o processo de transição para a liberdade, a figura do liberto e os limites da alforria.

Na primeira parte, encontramos os seguintes investigadores e as respetivas comunicações: David Bouvier, “Formes de ‘retours à la liberté’ et statut de l’ ‘affranchi’ dans la poésie homérique”; Malik N’Doye, “L’affranchissement dans les poèmes homériques: de la parenté illusoire à l’adoption”; Saverio Gualerzi, “La fine della schiavitù di Andromaca”; Hélène-Melina Tamiolaki, “La libération et la citoyenneté des esclaves aux Arginuses: Platéens ou Athéniens? Un vers controversé d’Aristophane (*Gren.* 694) et l’idéologie de la société athénienne”; Analisa Paradiso, “Politiques de l’affranchissement chez Thucydide”; Miriam Valdés Guía, “Zeus Eleutherios/Zeus Soter y la liberación de esclavos-dependientes en

el Peloponeso”; Jacques Annequin, “Les esclaves et les signes oniriques de la liberté: l’*Onirocriticon* d’Artémidore”; Jean Peyras, “Autour de la lettre d’Aristée: Recherche sur la libération des esclaves juifs, de la Bible des Septante à Eusèbe de Césarée”; Aglaia Mc Clintock, “Liberati dalla morte”; Manuel Rodriguez Gervas – Díonisjo Pérez Sánchez, “Integración ideológica y transformación del bárbaro: de *servus* a *colonus*”; Saïd El Bouzidi, “L’affranchissement des dépendants en Islam: L’institutionnalisation du *Tahrir Rakaba*”; Maurice Bazemo, “L’affranchissement chez les Peul de la région sahélienne du Burkina Faso: la réalité”.

A segunda parte comporta as seguintes comunicações: Maria Youni, “Sur le statut juridique de l’affranchi grec dans le monde gréco-romain”; Anastasia Serghidou, “Aspects culturels de la liberté personnelle chez Hérodote”; Julien Demaille, “Les *P. Anthestii*: une famille d’affranchis dans l’élite municipale de la colonie romaine de Dion”; Carlos Garcia Mac Gaw, “CJ.4.43.2: Esclavitud y Libertad, Representaciones Simbólicas y Prácticas Sociales”; Francesca Reduzzi Merola, “La fin de l’esclavage chez les comiques latins”; Pedro Lopez Barja de Quiroga, “Las leyes augusteas sobre manumisión”; María José Hidalgo de la Vega, “El liberto Trimalción en el *Satiricón* de Petronio. Entre la libertad y la dependencia”; François Grosdemouge, “L’accession à la richesse chez Pétrone”; Claude Brunet, “La visión de l’affranchi chez Pétrone: terminologie et discours”; Marguerite Garrido-Hory, “Les affranchis chez Pétrone: comportements et mentalités”; Antonio Gonzales, “*Quid faciant leges, ubi sola pecunia regnat. Affranchis contre pauvres dans le Satiricon de Pétrone?*”; Alberto Prieto Arciniega, “Esclaves et affranchis dans *Fellini – Satyricon*”; Bassir Amiri, “De la différenciation à l’intégration: *bene merens* dans les épitaphes des Germanies”; Mireille Corbier, “Famille et intégration sociale: la trajectoire des affranchi(e)s”; Liborio Hernandez Guerra, “La *liberta* en Hispanie: Manifestations épigraphiques de la province tarraconense”; Oriol Olesti Vila, “Libertos y propiedad de la tierra en el *ager barcinonensis*”; Rudy Chaullet, “La rédemption des captifs espagnols d’Afrique du Nord dans les *Descargos de Carlos Quinto* (1559-1560)”.

Na última parte, Louise-Marie L’Homme-Wery considera “Perdre sa liberté et la retrouver dans l’Athènes de Solon”; Julián Gallego, “Convirtiéndose en griegos. La liberación de los mesenios”; Emiliano J. Buis, “Les (en)jeux d’un ‘affranchissement’ dramatique: la subjectivité légale de Xanthias dans les *Grenouilles* d’Aristophane”; Marie-Madeleine Mactoux, “Regards sur la proclamation de l’affranchissement au théâtre à Athènes”;

Martine Gärtner, “L’affranchissement dans le corpus lysiaque: une pratique contestée. Le regard d’un métèque sur l’affranchissement”; Domingo Placido Suarez, “La théorie de l’égalité des êtres humains et l’évolution des formes de dépendance”; Marie-Rose Guelfucci, “Conquête des libertés et formes de dépendance sociale et politique dans les *Histoires* de Polybe”; Marius Tiberiu Alexianu, “Une catégorie d’esclaves thraces: les *halônetoî*”; Lucretiu Mihailescu Bîrliba, “Les âges d’affranchissement dans les provinces balkano-danubiennes”; Inês Sastre – Domingo Plácido Suarez, “*Deditio in fidem* and peasant forms of dependence in the Roman provincial system: the case of Northwestern Iberia”; Olivier Petre-Grenouilleau, “Modes de sortie de l’esclavage”; Constantina Katsari – Enrico Dal Lago, “*Manumissio* e ribellione nell’Impero romano e nel Sud degli Stati Uniti prima della Guerra Civile”; Dominique Aimé Mignot, “*In servitute reverteris... Exceptions à la sortie de l’esclavage aux Antilles*”.

Quanto à figura de Eumeu, sintetizadas as principais teorias que sobre a condição da personagem se têm formulado, conclui Bouvier que se o porquero aduz o facto de, com a irmã de Ulisses, ter sido criado por Anticleia para reclamar junto de Ulisses amizade e fraternidade, já, no propósito de afirmar a sua autoridade paternal, o diz o Laértida irmão de Telémaco, que, por sua vez, o trata como se de um pretendente e competidor não passasse. Considerado o esforço da ideologia patriarcal para dissimular a condição servil, sustenta Ndoye o carácter fictício desta relação de parentela onde o escravo se vê tacitamente obrigado a submeter-se ao senhor, lhe pertence, está privado do direito de propriedade e de contrair matrimónio, e só alcançaria plena liberdade se fugisse e regressasse à sua pátria.

Particularmente estruturantes são os contributos de Maria Youni e de P. López Barja de Quiroga, respetivamente “Sur le statut juridique de l’affranchi grec dans le monde gréco-romain” e sobre “Las leyes augusteas sobre manumisión”: o primeiro considera os processos privados e públicos de alforria no mundo grego, e o enquadramento religioso e ritual que se podia dar ao ato e que, depois da concessão por parte de Caracala da cidadania romana a todos os habitantes do Império em 212, foi por alguns governadores locais integrado no *ius prouinciale*; e ainda o contraste entre, de um lado, a equiparação, no universo grego, do estatuto do escravo ao do meteco ou ao do estrangeiro domiciliado, e, por conseguinte, a privação de participação na vida política, e, do outro, a cidadania, limitada embora, que a alforria concedia ao escravo romano, e a consequente participação

nas assembleias do povo e a impossibilidade de ser eleito magistrado ou membro do Senado Romano.

Embora, para justificar a referida diferença, alegue Youni o voto, nas assembleias populares, dos libertos nos respetivos patronos, a verdade é que, se se pensar na lenda do rapto das Sabinas ou na importância dos escravos cultos na difusão da cultura grega em Roma, facilmente se percebe a razão de ser da referida concessão inicial de cidadania.

A escolha do adjetivo “inicial” não é inocente, uma vez que López Barja de Quiroga esclarece que se a lei Júnica, por Justiniano apelidada de “Norbana” (entre 44 e 2 a.C.), havia tornado latinos todos quantos não tivessem sido manumitidos *uindicta, censu, testamento*, já a Fúfia Canínia de 2 a.C. – na sequência da Falcídia de 41 a.C. que garantia aos herdeiros, contra legados testamentários, a quarta parte da herança – estabelecia a proporcionalidade entre o total de escravos detidos por um senhor e os alforriados por testamento, e limitava ao máximo de cem os que desta forma poderiam ser manumitidos; e, pela Élia Sência de 4 d.C., a manumissão concedia, ao escravo com menos de trinta anos ou ao que fosse propriedade bonitária (e não quirritária) do seu senhor, a latinitade, e não a cidadania.

No fundo e conforme demonstrou o investigador, o que Augusto criou foi uma espécie de metecos, que assegurava um acréscimo demográfico – já notado na Grécia de Filipe V a Dionísio de Halicarnasso –, refreava a miscigenação de sangue escravo com o do cidadão, reduzia substancialmente o número de indivíduos com acesso à distribuição estatal de trigo, e assegurava aos patronos, por morte dos latinos junianos, a herança dos últimos.

Mas havia quem, por morte do senhor, alcançasse não só a alforria, mas também uma grande fortuna, como sucedeu com Trimalquião, cuja história, apesar de ficcional e exagerada, não deixa de fazer dele o mais acabado exemplo de liberto que chegou até nós. Cinco estudos sobre libertos petronianos em geral e a personagem em particular (de Hidalgo de la Veja, de Grosdemouge, de Brunet, de Garrido-Hory e de Gonzales) coincidem na ideia de que a pretensa *humanitas*, subjacente à afirmação de que os escravos são homens como nós e beberam do mesmo leite (Petrônio 71.1-3), não deixa de estar ao serviço de uma demarcação relativamente à anterior condição de escravo de Trimalquião e não deixa de fazer do novo-rico um senhor que, como qualquer pessoa de condição livre, distribui recompensas e castigos pelos serviçais. Embora Hidalgo de la Vega estabeleça um paralelo entre o passo petroniano referido e Plínio-o-Moço, *Ep.* 3.14 e 8.16 – onde de par com a concessão de *alimenta* por parte do autor a 100 manumitidos, e a

emancipação de escravos enquanto tinham condições de vida, se defendia a aplicação do *S.C. Silanianum* –, a verdade é que, conforme nota a maior parte dos críticos, o alvo paródico de Petrónio é, neste caso e tendo até em conta a própria fraseologia, a *Ep.* 47 de Séneca. O tópico da igualdade entre os homens já remontava de resto aos cénicos e havia sido desenvolvido pelos estoicos que, como se sabe, além de contarem nas suas fileiras um imperador (Marco Aurélio) e um escravo (Epicteto), ainda encaravam a condição social como indiferente. Observa, no entanto e com razão, Hidalgo de la Veja que o que, com as apregoadas manifestações de *humanitas*, se pretendia, era assegurar uma certa estabilidade social e a manutenção do paradigma escravagista vigente.

Dada variedade de perspetivas em que os fenómenos da alforria, da libertação e da abolição são estudados (religiosa, jurídica, política e social), revelam-se as atas uma obra importantíssima para o estudo transtemporal e transespacial dos referidos fenómenos.

PAULO SÉRGIO FERREIRA

GUIMARÃES, Joana, *Suicídio Mítico, Uma Luz Sobre a Antiguidade Clássica*, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, *Classica Digitalia Vniversitatis Conimbricensis*, 1ª Edição, Coimbra, 2011, pp. 196 com apêndice – Tratamento Estatístico, ISBN 978-989-8281-92-0.

Esta monografia constitui a tese de Mestrado submetida pela autora Joana Guimarães, à Universidade de Coimbra, orientada pelo Professor Doutor Francisco de Oliveira.

Esta é uma obra cujo tema se torna um pretexto aliciente para a efectivação de um estudo mais aprofundado, na temática do suicídio na Antiguidade Clássica.

A monografia inicia-se com duas páginas de notas prévias, que se divide em abreviaturas e sigas; aparato crítico; autores antigos, e uma breve referência à obra utilizada para a tradução dos mitónimos, pormenores que se revelam importantes para o bom entendimento do texto.

A introdução enquadra o leitor, de uma forma muito bem estruturada, no objectivo desta investigação, que se traduz, na sua essência, por conhecer o Mundo Antigo e, acima de tudo, entendê-lo, nos seus pontos até agora mais

obscuros, trazendo-os à luz dos nossos dias. Joana Guimarães elabora o seu trabalho recorrendo a especialistas da actualidade, como W. Burkert, E.R. Dodds, P. Grimal, Maria Helena da Rocha Pereira, entre outros, igualmente de referência. É também, aqui, que a autora nos elucida quanto ao facto de os mitos heróicos e as tragédias gregas serem um campo frutífero no que diz respeito ao entendimento psicológico da civilização da Antiguidade Clássica, empenhando-se em marcar a importância de um estudo, mais aprofundado, sobre o suicídio. A autora aproveita a introdução para transmitir, ao leitor, a dificuldade em encontrar um termo específico, na Antiguidade, sinónimo da nossa palavra 'suicídio', com a essência que lhe está associada, bem como a sua definição enquanto elemento transmissor de sentimentos devastadores e capazes de propor um supremo sacrifício.

O capítulo I centra-se na Organização do *Corpus* e sua Tipologia, na qual é explicada, exaustivamente, a lógica construtiva do *corpus* que se desenvolve no capítulo II da monografia e os critérios de selecção utilizados. Joana Guimarães justifica determinadas escolhas em relação aos mitos abordados e a razão por, em diversas vezes, os considerar, efectivamente, suicídios, embora alguns se tivessem revelado frustrados (como é referido pela autora). O texto destaca-se devido à atenção que é dada no aprimorar dos factos, recorrendo, sistematicamente, ao cruzamento de dados de algumas versões dos textos antigos. Este capítulo subdivide-se em dois nos quais são expostos, de forma clara e concisa, os diversos motivos que levam ao suicídio, os quais são alvo de uma breve explicação e enriquecidos com exemplos, numa primeira parte. Na segunda parte, são abordados os *modi moriendi*, ou modos para o suicídio, em que são enumeradas as diversas formas de cometer o acto; também aqui, tal como no subcapítulo anterior, a autora recheia o seu texto com exemplos que se revelam muito úteis à compreensão dos motivos de suicídio e ajudam, sobremaneira, o leitor menos enquadrado nesta temática.

No capítulo II intitulado *Corpus*, encontramos a descrição de todas as figuras que na Antiguidade Clássica cometeram suicídio. Cada personagem é alvo de uma síntese que enquadra o leitor na sua história e, de seguida, é indicado o motivo que leva à prática de tal acto, o modo como é praticado, os temas em que está enquadrado e as fontes que relatam o facto.

No capítulo III, denominado Temáticas Emergentes, a autora desenvolve as temáticas que emergem dos mitos trabalhados no *corpus*, ressaltando o fio condutor existente nas diversas histórias abordadas com uma incidência, especial, para os comportamentos femininos na Antiguidade.

A conclusão encerra o corpo de texto e remete-nos para uma reflexão sobre a monografia e o trabalho nela desenvolvido. Completa a obra um apêndice com o Tratamento Estatístico, o qual integra 10 gráficos e um quadro, ordenado alfabeticamente, bastante úteis e que nos proporcionam uma rápida consulta. Seguem-se duas páginas de bibliografia que remetem o leitor para leituras mais aprofundadas sobre o tema exposto.

É de assinalar o cuidado com que foi feito o levantamento dos mitos e o tratamento exaustivo de que foram alvo. O resultado é um trabalho de grande mérito e uma excelente fonte para quem se quiser aventurar nos labirintos da mente humana e no desenvolvimento da temática. A obra vem, assim, e em boa hora, colmatar a inexistência de um inventário dos casos de suicídio na Antiguidade.

ISABEL M. COSTA SANTOS

HERNÁNDEZ, Marcos Martínez, *Sófocles. Erotismo, Soledad, Tradición*, Madrid, Ediciones Clásicas, 2010, 240 pp.

Este livro é apresentado pelo seu autor como o resultado de uma recolha de estudos sobre Sófocles, publicados entre 2000 e 2010, e obedecendo a linhas temáticas que o próprio título deixa perceber, a par de alguns inéditos. As três temáticas em apreço, a despeito da percepção do autor de que alguma delas terá merecido menos atenção na investigação sofocliana, foram, nas últimas décadas, objecto de atenção e investigação, consoante o relevo que as duas primeiras assumem em Sófocles. Como 'tradição' apresenta o autor um estudo atento da presença de Sófocles em Plutarco. O volume conclui com uma recolha de pequenos textos, sob a epígrafe de 'Varia', seguida de uma bibliografia sofocliana substancial.

Os três estudos dedicados ao erotismo sofocliano são antecédidos de uma espécie de preâmbulo crítico sobre os ângulos de leitura e as posições assumidas por filólogos em relação a esta questão, que vão do extremo representado, segundo o autor, por R. F. Adrados (p. 38), de 'desertização' da tragédia, no caso em apreço da sofocliana, ao extremo que parece ser o da posição do autor, de panerotização da tragédia sofocliana.

É apreciável a pesquisa filológica que resulta na recolha e tratamento de anedotas de fontes antigas quanto a episódios da vida de Sófocles que envolvem a manifestação de uma faceta sensual e lúbrica do dramaturgo.

Apreciável também que, após essa seriação, o autor guarde a parte final do capítulo para lembrar as sensatas palavras do seu mestre Lasso de la Vega (p. 46): entre o meramente inventado, o fundo de verdade e a correspondência a factos, não havendo como comprovar, há que usar de prudência perante certas fontes.

Dir-se-ia ainda mais: que, ainda que comprovável, a reconstituição de um conjunto de episódios da vida de um autor, diversamente da clássica posição de Sainte-Beuve, no séc. XIX, não explica a sua obra, tratando-se, sobretudo, de um âmbito da criação poética (a dramaturgia da Atenas do séc. V a. C.) eminentemente político – dimensão em função da qual tudo o mais se organiza (C. Meier, *Die politische Kunst der griechischen Tragödie*, München, Beck Verlag 1988; H. Flashar, *Sophokles. Dichter im demokratischen Athen*, München, Beck Verlag 2000).

No segundo dos estudos desta tríade dedicada ao erotismo em Sófocles, Martínez Hernández percorre os fragmentos sofoclianos, demonstrando a sua sólida competência filológica, enquanto discute a problemática relacionada com a própria integração dos fragmentos no todo das peças a que pertencem ou a que se pensa pertencerem. Divide-os em diversos grupos, de acordo com a temática erótica que obvia ou provavelmente os fragmentos encerram, para concluir que Sófocles recorreu a mitos ou motivos que vulgarmente se associam preferencialmente a Eurípides, como Medeia, Estenebeia, Helena, Fedra (de acordo com o modelo designado por 'a mulher de Putifar'), a mitos menos tratados, como o de Tereu ou de Creusa. Os tópicos podem ser identificados como a misoginia, a condição da mulher, o amor-enfermidade, a relação entre o amor e o olhar: sendo que estes dois últimos temas são expressivos na lírica arcaica, como o demonstrou A. Lesky, *Vom Eros der Hellenen* (Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht 1976) pp. 41-59. Por fim, o autor apresenta-nos, elaborado, um pequeno léxico erótico presente nos fragmentos. Tendo em conta que no grego, como, de resto, nas demais línguas, tendencialmente, muito desse vocabulário assenta sobre metáforas, há que usar de algum cuidado quando o vocabulário ocorre em fragmentos, cuidado também justificado pela dificuldade em, em certos casos, captar o todo do contexto do discurso.

No terceiro dos estudos deste bloco, o autor percorre, no que explicita ser uma seriação das peças de acordo com a gradação da presença do elemento erótico, as sete peças sobreviventes de Sófocles. Particularmente feliz se nos depara o comentário a *Antígona*, vv. 781-800, que o autor designa por 'Hino cósmico a Eros', e a *Traquíncias*. Em jeito de conclusão, após o

estudo de cada peça, o autor apresenta um léxico erótico. Teria, porventura, mais impacto, a elaboração de um léxico global, após o estudo de todas as tragédias, a acompanhar as conclusões. Destas sublinho a que diz respeito aos domínios semânticos da navegação e agricultura das metáforas de amor e sexo.

A condição (mais do que a situação) da solidão humana dos protagonistas sofoclianos foi já sublinhada por Knox, *The heroic temper. Studies in Sophoclean tragedy* (London, Cambridge Univ. Press 1977), citado na bibliografia final, mas também por W. Schadewaldt, *Monolog und Selbstgespräch* (Berlin, Weidmann 1966). Martínez Hernández centra-se naquela peça em que o protagonista alia a condição à situação de homem só: *Filoctetes*. A esta peça dedica dois estudos, «El mito de Filoctetes en el teatro griego clásico» e «Filoctetes precursor de Robinson? El motivo de la isla desierta en Sófocles». Neste bloco o autor mostra-se particularmente feliz ao cotejar os aspectos conhecidos do tratamento do mito em outros autores com o tratamento dado por Sófocles, como o de converter em ilha deserta a ilha de Lemnos, contrastando com o que Eurípides deu, convertendo um habitante de Lemnos em interlocutor habitual do protagonista, como, também, ao dar à figura de Ulisses o perfil que contribui para o sentimento de abandono e traição do protagonista, ou ainda como concebeu o Coro, evitando odes sentenciosas de apelo à virtude. Para uma peça de recepção tão rica e polícroma não deixou Martínez Hernández de traçar uma síntese de leituras posteriores que dela se fizeram.

Recuperando o 'topos' da ilha deserta, o segundo estudo centra-se nele e explora outros motivos a este associados, como o da gruta, habitat do herói, estratégias de sobrevivência, identificando aí traços que hão-de configurar um género que se vai consolidando e se consagrará com o romance de D. Defoe, *Robinson Crusoe*.

«Sófocles en Plutarco» representa um estudo útil e original com respeito a um autor – Plutarco – sobre quem tanto se escreveu. No entanto, o papel das citações de poetas, no caso em apreço Sófocles, do contexto e do objectivo, do modo de referir, era ainda matéria em aberto. A identificação de passos – e até a identificação de citações feitas de uma memória que, por vezes, trai o polígrafo de Queroneia, como é o caso dos versos atribuídos erradamente ao párodo de *Édipo em Colono* (pp. 175-176) – representa um trabalho ingente e apurado, certamente útil aos estudiosos de Plutarco.

O volume conclui com um conjunto de notas mais breves, entre as quais duas resenhas, seguido de extensa bibliografia. Sendo tarefa impossível

reunir toda a bibliografia de relevo sobre Sófocles, verifica-se que ela está aqui bem representada. Anotados foram já alguns livros que mereceriam figurar, assim como o ensaio de Marta Várzeas, *Silêncios no teatro de Sófocles* (Lisboa, Cosmos 2001).

Em conclusão, este volume polícromo, na variedade temática que apresenta de estudos sobre Sófocles, atesta a segurança filológica do seu autor, a sua capacidade de, em matérias como a da solidão dos protagonistas sofoclianos, levar mais longe a exploração de coordenadas da construção de cenários e de personagens, e mostra-se útil também, a partir de Sófocles, para o estudo de outros autores, tanto antigos (Plutarco) como posteriores.

M. C. FIALHO

JOLY, Fábio Duarte, org.: *História e Retórica. Ensaaios sobre historiografia antiga* (São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2007) 184 p. ISBN 978-85-98325-55-2.

Nos últimos anos, a historiografia brasileira tem dado um contributo assinalável para o desenvolvimento dos estudos da Antiguidade, como mostra a grande quantidade de trabalhos e de nomes que começam a afirmar-se como referências já de âmbito internacional neste domínio da ciência. O livro que agora recenseamos é evidência desse incremento, que nos parece, aliás, estar em consonância com toda a política de desenvolvimento generalizado, em particular no social e no económico, que o Brasil aparenta viver neste momento.

História e retórica, obra colectiva organizada por Fábio Duarte Joly, é apenas um exemplo, que acompanha o interesse que na América em geral se tem verificado pelos estudos sobre a Antiguidade Clássica. Não é, aliás, por isso mesmo, despidendo verificar que, logo na apresentação, o organizador do volume comece por referir que os principais centros de produção de conhecimento nesta área estejam localizados nos «Estados Unidos e Europa» (*sic*, p. 7), apresentando uma ordem algo contra-natura, dado que, apesar de Património da Humanidade, a Antiguidade Clássica é primeiro do que tudo uma realidade mediterrânea. Mas a enunciação de Fábio D. Joly parece ser sintomática do tempo em que vivemos. De qualquer modo, este interesse tem também como sintoma a procura de supervisão e orientação académica e científica que estudantes brasileiros têm feito

entre nós, com vista à elaboração de dissertações de Mestrado e de teses de Doutoramento. Veja-se ainda a quantidade de trabalhos e de autores brasileiros que são já citados ao longo dos vários artigos que compõem esta colectânea, por exemplo.

O presente livro, apesar de composto por uma série de artigos autonomizados de autoria variada, tem como elemento comum o facto de analisar a historiografia antiga e seus agentes, sob o ponto de vista da utilização da retórica, instrumento sem dúvida criado, pelo menos em termos teóricos, pela cultura clássica.

Assim, Luiz Otávio de Magalhães apresenta um estudo sobre Tucídides, «Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heróico» (pp. 13-44), no qual aborda a importância do conceito de *aletheia* (verdade) e sua relação com a História, naquele que é considerado por muitos como efectivamente o primeiro historiador grego – partem eventualmente do princípio iluminista de que Tucídides é o «instituidor da história científica» (p. 16). Com efeito, esta é uma problemática altamente discutível, célebre para os cultores da mesma, e todavia não a encontramos neste volume. Seria deveras interessante conhecer as razões do organizador para não incluir um artigo sobre Heródoto, aquele a quem Cícero chamou *pater historiae*, e qual a sua posição acerca do problema (apesar de Heródoto ser referido no texto de Luiz O. de Magalhães, o debate não se centra na obra do autor em si mesma). De qualquer modo, Tucídides e a problemática tucididiana parecem-nos bem colocados pelo A., que não ignora a questão da *Poética* e sua importância na articulação dos géneros literários na Antiguidade Clássica. Ainda que, estranhamente, o correspondente manual aristotélico nunca seja citado neste artigo. A relação entre o poeta e o historiador, contudo, é trazida à discussão, sendo que se trata de um tema claramente aristotélico. O A. encontra sobretudo no binómio «cidade-herói» um dos pontos axiais para a sua análise de Tucídides, descortinando a categoria de «herói presciente», a que associa figuras como Temístocles e Péricles, e em que é impossível não perceber a importância – quase omnipresença – da ideia de «herói» na cultura grega, incluindo na historiografia.

A Juliana Bastos Marques cabe estudar Políbio (pp. 45-64). Na verdade, para muitos, depois de Tucídides, Políbio é o segundo grande historiador «científico» dos Gregos. Apesar de, como salienta a A., «Políbio ser certamente o menos conhecido nos tempos atuais» (p. 45) e da influência que supostamente teve nos teóricos da independência americana, no século XVIII. A A. corrobora a ideia corrente de que Políbio é um autor «técnico,

direto, minucioso e metodologicamente complexo», e, além de tudo isso, «cansativo» (p. 45). O que não impede, porém, que seja igualmente um escritor da maior importância e inovador em muitos aspectos. É, por exemplo, o primeiro autor de uma história de carácter verdadeiramente universal. O texto de Juliana Bastos Marques é sobretudo uma introdução à obra de Políbio, em que se sintetizam os vários livros escritos pelo grego e se expõe o essencial do método seguido. Não falta mesmo alguma comparação com o que conhecemos de outros historiadores da Antiguidade Clássica, bem como o essencial da Filosofia da História polibiana, como mostra a citação: «Esse propósito demonstra que Políbio acreditava em um movimento predeterminado na história, numa relação fixa de causa e efeito em que, de acordo com determinadas condições, haveria uma razão lógica para que certos fatos realmente acontecessem.» (p. 54).

Pedro Paulo Abreu Funari e Renata Senna Garraffoni, conhecidos romanistas brasileiros, escrevem sobre «Salústio e a historiografia romana» (pp. 65-76). Este é o primeiro artigo sobre historiografia latina aqui incluído, considerando os AA. que se trata de uma abordagem a um historiador fundamental para a reflexão acerca das continuidades e rupturas entre a historiografia antiga e a moderna. Este é, aliás, um tema que tem aliciado os teóricos da História desde pelo menos o século XIX, em particular os Marxistas. Com efeito, a oposição entre dois blocos sociais, definidos pela *nobilitas* e a *plebs*, parece ser uma das características centrais do «método» deste historiador, como já verificou R. Syme há algum tempo.

Breno Battistin Sebastiani escreve sobre «A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico romano do século I a. C.» (pp. 77-96). O A. começa por estabelecer algumas comparações pertinentes entre a historiografia grega, designadamente Heródoto e Tucídides, e Tito Lívio, de modo a que o leitor compreenda de forma mais abrangente as continuidades e as descontinuidades que podem ser detectadas nos escritos deste historiador latino. O método comparatista faz-se com recurso ainda a alguns outros autores latinos, como Cícero, Júlio César e Luceio. Breno Sebastiani passa depois a perspectivar a obra liviana sob o periscópio de alguns conceitos estruturais do pensamento romano, bem como a definir a estrutura em que o texto assenta – descrições e *exempla* político-militares, o que se insere claramente na linha da historiografia retórica. O caso do tratamento da figura de Cipião Africano é apresentado como paradigmático.

Maria Luiza Corassin é a autora de um interessante estudo acerca das *Res gestae diui Augusti* (pp. 97-118). Documento não raramente

secundarizado, as chamadas *Res gestae* são da maior importância para a investigação do «Século de Augusto», uma vez que se trata de um dos documentos que o Príncipe havia selado no ano anterior à sua morte (13 d.C.) e confiado às Vestais, sendo publicado posteriormente sob a forma de inscrição monumental. Apesar de se tratar sobretudo de uma espécie de currículo de Augusto e não de obra de historiografia no sentido clássico do termo, as *res gestae* não deixam de conter uma certa Filosofia da História, que assenta acima de tudo na ideia de «feitos» realizados por um «grande homem», o que aproxima o documento do ideal historiográfico positivista de oitocentos. A A. sintetiza o documento e insere-o de forma adequada no tempo que o produziu, mas curiosamente não enceta esta discussão que, quanto a nós, seria do maior interesse.

A historiografia helenística, em particular a de Flávio Josefo, está aqui representada pelo estudo de Vicente Dobroruka, «Historiografia helenística em roupagem judaica: Flávio Josefo, história e teologia» (pp. 119-136). No seguimento de uma brevíssima síntese do percurso bio-bibliográfico de Josefo, comum a todos os especialistas neste autor, uma vez que se entende a existência, deveras pertinente, de uma relação intrínseca entre a vida do historiador judeu e a natureza dos seus escritos, o A. traz à colação um tema tão interessante quanto o da relação entre o historiador judeu e Tucídides, designadamente a partir do uso do conceito de *stasis* (aparentemente recuperado dos textos hipocráticos, p. 123). Como é evidente, porém, o estudo de Josefo está longe de se esgotar nesta problemática. Trata-se, claro, de um exemplo que permite ir ao centro da questão anunciada pelo título. Mas apenas de um exemplo. O A. aborda ainda as problemáticas apocalípticas, mas o que mais estranhámos é a ausência quase total de citações da obra de L. H. Feldman, deão dos estudos joséfcos, que se tem preocupado sobremaneira com a estrutura retórica da obra do historiador judeu.

A uma primeira vista, poderá parecer estranho incluir Séneca num livro dedicado à historiografia e a historiadores da Antiguidade Clássica. Mas é precisamente isso que Fábio Faversoni faz, ao relacionar o filósofo estoíco com Tácito, outro dos maiores de entre os cultores da História em Roma, em «Tácito, Séneca e a historiografia» (pp. 137-146). E, contudo, a estranheza dilui-se quando encetamos a leitura do artigo. Todavia, o que de facto encontramos neste artigo é o estudo de um problema historiográfico concreto – Séneca e a educação política de Nero – e não o de uma temática no âmbito da epistemologia historiográfica. De qualquer modo, são aqui tratadas questões pertinentes para o tema geral do volume, como o uso

de determinadas categorias «históricas» em Tácito e a forma como elas se expressam no *corpus* senequiano: e.g. «mau imperador» *uersus* «bom imperador».

Díon Cássio é o autor estudado por Ana Teresa Marques Gonçalves, em «Imagem, poder e amizade: Díon Cássio e o debate Agripa-Mecenas». O caso do período augustano serve de pretexto para a A. analisar o problema da relação dos historiadores romanos ou do período romano com as ideologias senatoriais, recorrentes neste domínio. O tempo a que a análise diz respeito, porém, é a época severa, precisamente a do historiador que aqui se estuda, ganhando particular relevo o uso do discurso enquanto elemento retórico na historiografia cassiana, a que se junta a problemática dos ineditismos do autor, eventualmente o aspecto em que podemos detectar a maior inovação da historiografia de Díon Cássio.

O último estudo desta colectânea é da autoria de Gilvan Ventura da Silva e dedica-se a «História, verdade e justiça em Amiano Marcelino» (pp. 165-182). A obra de Amiano Marcelino é particularmente importante, uma vez que, ao datar do chamado período baixo imperial, tem como objectivo uma tentativa de compreensão global do Império Romano. Com o factor suplementar de se tratar de uma narrativa histórica que «já tomou consciência, ao menos no seio da elite, de que o Império Romano não se reduz mais a Roma e à Península, englobando uma multiplicidade de povos e culturas distantes» (p. 165). Quando comparada com a de Tácito, por exemplo, a obra de Marcelino é bem mais diversificada e abrangente, por razões várias, entre elas o próprio tempo de produção escrita. Amiano Marcelino é igualmente importante porque permite fazer uma investigação no domínio da *Quellensforschung* do próprio escritor. Mas, tal como acontece com outros autores, é também o problema da *aletheia* que neste autor latino é particularmente relevante, dado que está na base da sua concepção de História e por isso mesmo desperta o interesse do A. do artigo.

O livro possui qualidades científicas indiscutíveis, quer pelos conteúdos estudados quer pela função de divulgação do tema entre a comunidade lusófona. Seria, porém, de grande utilidade incluir índices remissivos finais assim como uma lista bibliográfica conjunta ou dividida pelos vários historiadores/obras estudadas. Igualmente interessante seria encontrar um estudo sobre Plutarco e a sua escrita biográfica, que abordasse o problema do género biográfico enquanto género igualmente historiográfico. Talvez para uma outra oportunidade. Por outro lado, a marcada ausência de autores e de estudos portugueses nas notas e citações revela um longo caminho

ainda a percorrer na interacção das academias e escolas científicas de Portugal e do Brasil.

NUNO S. RODRIGUES

KOIKE, Katsuzo (trad.), *William Heidel. O Livro de Anaximandro. O Mais Antigo Tratado Geográfico Conhecido*, S. Paulo, Ixtlan, 2011, 166 pp. ISBN: 978-85-63869-60-9.

A obra consiste numa tradução de *Anaximander's Book, the Earliest Known Geographical Treatise*, um artigo da autoria de William Heidel, publicado nas *Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences*¹, já no longínquo ano de 1921 (56.7, pp. 239-288). Além da tradução, o A. incluiu também dois preciosos apêndices que evitam a multiplicação de anotações explicativas e permitem manter a numeração original das notas do original, mas simultaneamente enriquecer o texto com o cotejo da bibliografia entretanto publicada²; uma nota de apresentação que esclarece o âmbito e objectivos da obra (pp. 7-12); e também uma vasta listagem da bibliografia sobre Anaximandro (pp. 147-166) produzida entre a data do artigo e a desta sua tradução.

Heidel, o autor, foi um classicista americano cuja influência no mundo académico não teve o impacto que talvez merecesse. Especialista em Hecateu, Heródoto e Platão (sobre o qual redigiu a sua dissertação de doutoramento intitulada *Pseudo-Platonica*, apresentada à Universidade de Chicago em 1895), e estudioso de várias áreas dos Estudos Clássicos (Pré-Socráticos, poesia lírica e trágica, medicina entre outras), Heidel leccionou na modesta Universidade de Wesleyan (Middletown, Connecticut). Talvez por isso, nunca conseguiu criar em torno de si um círculo de discípulos que desse continuidade aos seus trabalhos. Em todo o caso, como salienta o A., 'a qualidade e profundidade dos seus trabalhos são indubitavelmente dignas de respeito' (p. 8).

¹ Esta publicação manteve esta designação até 1958. A partir dessa data, e ainda actualmente, continuou activa, mas sob o título *Daedalus*.

² É o próprio A. que o afirma: 'Para evitar sobrecarregar a tradução de notas e comentários, foram apresentados dois apêndices, não apenas com o objectivo de manter a numeração original das notas no corpo do texto, mas ainda visando fornecer subsídios para enriquecer e atualizar a discussão do tema' (pp. 11-12).

O artigo aqui traduzido, prova indubitável da competência interpretativa e do rigor científico de Heidel, visa reconstruir o tratado de Anaximandro (de que só restam fragmentos) a partir do confronto com a tradição doxográfica, mas sobretudo com a obra de Hecateu, seu conterrâneo mais recente, que, segundo Heidel, teria seguido a mesma metodologia que o seu antecessor. Nesta medida, a proposta é ler Anaximandro mais como geógrafo/historiador (como se torna bem evidente pelo subtítulo da obra: *O Mais Antigo Tratado Geográfico Conhecido*) do que cosmólogo de orientação física.

Os pressupostos são no mínimo ousados, pois que tradicionalmente Anaximandro é considerado um filósofo naturalista, isto é, um estudioso da *physis* que procura encontrar a 'causa primeira' (diríamos em termos aristotélicos) que justifique todos os fenómenos do cosmos, bem como da sua criação. É justamente esta a discussão principal do *Apêndice I* (pp. 83-124).

Em primeiro lugar, o A. esforça-se (e com sucesso, sublinhe-se) por actualizar o texto de Heidel através do seu confronto com as fontes e os estudos críticos entretanto publicados. Actualiza-o, portanto. No entanto, num segundo momento, questiona os seus pressupostos mais básicos, assinalando dois aspectos que nos obrigam a repensar por completo a possibilidade de aceitar esta 'versão alternativa' de Anaximandro. Antes de tudo, os poucos dados disponíveis confirmam as suas preocupações físico-cosmológicas e não essa suposta orientação histórico-geográfica: 'Que seu livro tratou de cosmologia e física parece algo confirmado pelos testemunhos essenciais de Aristóteles, Teofrasto e Simplicio. Mas as suas ligações com a geometria, ou ainda com a geografia e a história (...) são bem menos seguras, tendo em vista a exiguidade dos indícios (p. 83).' Além disso, o A. nota também uma certa incompatibilidade teórico-metodológica entre os pressupostos estabelecidos por Heidel e os dados que a tradição deixou: 'Se assim fosse, ele não deveria apresentar a lei primordial do cosmo, os fenómenos naturais, nem tratar de mundos infinitos, ou da origem dos animais (p. 118).' Esta é, a meu ver, a objecção principal. Como classificar de 'geógrafo' ou 'historiador' um pensador que supõe, numa certa forma de atomismo *avant la lettre*, a existência de vários mundos? É profundamente incompatível.

Finalmente, o *Apêndice II* reúne um conjunto de dados arqueológicos, criticamente apresentados, sobre a figura do filósofo: uma estátua de uma *korê* que lhe poderá ter pertencido (pp. 133-134); um leão (símbolo de Mileto, a sua cidade-natal) também com o seu nome gravado (pp. 135-136); a chamada 'Inscrição de Taormina' que apenas refere a paternidade do filósofo e a sua relação com Tales (pp. 137-138); um *kylix* com figuras alusivas ao

seu pensamento (pp. 138-139); e também uma recolha de representações antigas sobre Anaximandro e o seu pensamento (pp. 139-142).

RODOLFO LOPES

J. A. LÓPEZ FÉREZ (ed.) *Mitos clásicos en la literatura española y hispano-americana del siglo XX* (tomos I y II), Madrid, Ediciones Clásicas, 2009. 1133 pp.

Nos encontramos ante una recopilación magnífica de trabajos sobre la presencia de los mitos en la literatura de habla hispana del s. XX, y no solo de la española sino también de la hispanoamericana.

Es una inestimable labor la del editor e impulsor de estos estudios, Juan Antonio López Férez, que –según un ambicioso proyecto– ha ido reuniendo en sucesivos Coloquios internacionales, año tras año, a prestigiosos especialistas españoles y de otras naciones, con el propósito de ofrecer en visión íntegra las diversas influencias que han ejercido los mitos clásicos en los autores de la literatura de habla hispana de todos los siglos, desde sus orígenes hasta casi hoy mismo, finales del s. XX. Ahora los frutos de esta tarea que podríamos denominar ciclópea van saliendo a la luz, finalmente publicados en estos volúmenes.

Comenzando por la etapa última, en recorrido inverso, como sucedió en los Coloquios, son los autores del s. XX los primeros. Y a ellos se les dedican dos tomos extensos, de manera que organizadamente pueda dividirse el ingente material (la investigación en su afán de ser completa, casi exhaustiva, abarca una muy vasta colección de autores de la centuria) en mitos de la literatura española, por un lado, en el tomo I, y de la hispanoamericana, por otro, en el tomo II.

El tomo I consta de 33 artículos, cuyo contenido esencial intentaremos resumir:

El primero –al seguirse un orden cronológico, como es natural– remonta su objeto de estudio al inicio del siglo e incluso a las postrimerías del s. XIX: “Vigencia de la mitología clásica en la poesía de Rubén Darío”, de **M^a Luisa Arribas** (UNED. Madrid), que indica un cierto acercamiento del poeta a la cultura clásica (con conocimientos de latín y griego) ya en su primera formación y un indudable interés por la mitología, a la que recurre con gran frecuencia, de manera muy personal. Tras el análisis centrado

en los personajes que más aparecen y de forma más sugerente (pues ha encontrado alrededor de un centenar), concluye con que el mito en Rubén Darío es la expresión poética de sus propias vivencias personales, y no se limita a un mero recurso literario, ni a una simple evocación legendaria o una reminiscencia cultista.

De la poesía pasamos al teatro, también en estudio de obras creadas en el cambio de siglos: “Algunas influencias mitológicas clásicas en las obras de Jacinto Benavente y Carlos Arniches”, trabajo de **Antonio Villarrubia Medina** (Univ. Sevilla). A través del recorrido por las obras de ambos autores encuentra en uno y otro suficientes huellas del influjo de la mitología, que señala como mucho más claras en Benavente, aunque a veces pueda tratarse de coincidencias de motivos universales, de enorme fuerza, como adulterios, incestos, en torno a grandes personajes principalmente femeninos, en los que a menudo se reconoce sin duda el mítico (Fedra, Electra, Medea, Edipo), al que imprime su propio sello literario. En Arniches, sin embargo, son menos claras las huellas míticas, y el material directo es escaso, en general casi anecdótico y reducido a meras referencias cultas.

Siguiendo con el teatro, el capítulo “El mito clásico en la obra teatral de Galdós”, a cargo de **Joaquín Ritoré Ponce** (Univ. Cádiz), considera a Galdós en esta faceta. Se muestra que el recurso a la mitología está presente y no es anecdótico ni se justifica como mero material de relleno, sino que sirve al autor para proyectar determinadas aspiraciones vitales y políticas, para transmitir el mensaje social y político a cuyo servicio se encuentra toda su producción dramática: la modernización del país.

Se halla centrado ahora en la narrativa el estudio “El mito clásico en *La aldea perdida* de A. Palacio Valdés y en *El laberinto de las sirenas* de Pío Baroja” de **M^a Ángeles Durán** (Univ. Málaga). Señala *La aldea perdida* como una epopeya creada por Palacio Valdés para ensalzar a su patria chica (en donde vivió su infancia), en síntesis de la poesía griega arcaica y de la égloga helenística, con abundante presencia de mitos que cumplen una función simbólica. También es importante la presencia de mitos en *El laberinto de las sirenas* de Pío Baroja; pero cumplen otra función muy distinta: el mito tiene como objetivo certificar la muerte del mito. Función “metamitológica” la denomina A. Durán, que observa la posición de este autor tan realista ante los mitos (definidos en las propias palabras de Baroja como “Palabrería, bambalinas demasiado usadas... ya muertos, destripados”), de los que no puede negar su atractivo y capacidad de hechizar la imaginación, pero que arrastran a un mundo inexistente de virtualidad poética.

En “El mito clásico en D. Miguel de Unamuno” **Antonio Melero** (Univ. Valencia) pone de relieve la actitud del autor –profesor de Filología Clásica– ante el mundo clásico en general, su espíritu anticlasicista ajeno a la cultura griega y sus intereses que le alejan de la mitología clásica; pues Unamuno –como muchos autores del 98– pretende una mitología de raigambre española, unos símbolos en donde se reconozca la identidad de España. Sin embargo, tras el detenido análisis, A. Melero muestra que el mundo clásico y los mitos tienen importante presencia en él, y cumplen funciones diversas (a propósito de ello Melero nos recuerda la triple función de los mitos), según el caso: psicológica o arquetípica, simbólica e incluso meramente estética, para conseguir determinados efectos literarios, a pesar del desprecio de D. Miguel hacia el esteticismo.

“El mito clásico en la obra de José Martínez Ruiz, “Azorín””, por **Manuel Sánchez Ortiz de Landaluce** (Univ. Cádiz), que hace notar el conocimiento de Azorín de la literatura clásica, como queda patente por sus numerosas referencias a autores y textos griegos y latinos, con distinta finalidad: para dar mayor autoridad a sus opiniones personales, en muestra de su erudición o como reflexión. Pero él, como otros autores del 98, es poco proclive a la recreación de la mitología, y no son abundantes las referencias, aunque resultan de interés recreaciones actualizadas, como de Edipo y Prometeo. La función de los mitos es generalmente alegórica, utilizados para ejemplificación y tipificación, pues, al representar categorías y circunstancias universales, le sirven de ejemplo para situaciones concretas de su época y sus propias preocupaciones.

En “Mitos en Antonio Machado” **Ignacio Rodríguez Alfageme** (UCM) nos habla de las lecturas de los clásicos (Horacio, Virgilio, principalmente, y también Homero y Platón), que influyen en Machado, aunque son más abundantes las referencias a la literatura –latina en especial– que a los mitos, que escasean. Solo aparecen recreados con cierta extensión los de Deméter (tomado del *Himno homérico*), Orfeo y el descenso al infierno, con Caronte y Dioniso, que I.R. Alfageme considera en alusión a *Las ranas* de Aristófanes. Y tales referencias míticas suelen encontrarse cuando el mito evoca una actitud o sentimiento que coincide con el del poeta, como se evidencia en repetidos casos con respecto a la muerte de Leonor, la joven esposa de Machado (por ejemplo, en el mito de Orfeo y Eurídice).

En “Mitos clásicos en Juan Ramón Jiménez” **Carmen Teresa Pabón de Acuña** (UNED. Madrid) señala sobre este autor prolífico, tanto en verso como en prosa, que la mitología greco-latina no ocupa un lugar trascendente

en su obra, pero sí tiene suficiente presencia como para merecer un análisis e interpretación: el mito aporta otra perspectiva, desviando la atención del lector hacia algo más elevado y de otro mundo; también lo utiliza para desmitificar cosas o personas. Por otra parte, sirven los mitos como expresión y símbolo en las descripciones de este poeta tan sensual, que siente con particular fuerza la luz y el color, y a ello puede deberse el que las figuras mitológicas más empleadas sean Venus y Apolo.

En relación ahora a escritos filosóficos, en “Dioses y personajes míticos en la obra de Ortega y Gasset” **Luis Miguel Pino Campos** (Univ. La Laguna) se dedica principalmente a examinar la presencia de dioses en la obra de Ortega, a los que considera a menudo elementos comparativos para explicar un pensamiento o una imagen, como metáforas de sus razonamientos, o bien porque explican costumbres sociales, rasgos culturales. L. M. Pino afirma que Ortega conocía bien los motivos míticos que introdujo en su obra, y que se deben a causas múltiples: filosóficas, literarias, históricas, sociales, religiosas, pedagógicas, psicológicas, pues su presencia nunca es superflua ni motivada por simple erudición, sino por la necesidad de fundamentar su pensamiento.

El estudio “Innovación y pervivencia en el *Prometeo* de Eugenio D’Ors”, de **Gregorio Hinojo Andrés** (Univ. Salamanca), se centra, por otra parte, en muy reducidos personajes míticos, tras el análisis de una sola obra del prolífico autor, obra dramática muy *sui generis*, con importante dependencia de la tragedia de Esquilo. Concluye G. Hinojo que se presenta el Prometeo dorsiano como heredero de una larga tradición, y que recoge sus aspectos más destacados. Pero D’Ors ha sabido adaptarlo a las circunstancias históricas de la época y a las realidades sociales, con algunas aportaciones muy originales.

Volviendo a la narrativa, “Los mitos clásicos en la novela de Ramón Pérez de Ayala”, por **José Antonio Caballero López** (Univ. La Rioja): uno de los instrumentos más adecuados para la labor intelectual y didáctica de este autor es el mito, porque por su carácter atemporal y por su carga ejemplificadora se presta como nada a su uso simbólico con propósito pedagógico. Los mitos son para Pérez de Ayala representaciones de profundas verdades filosóficas y expresión de actitudes humanas permanentes, y son tan eternos como los problemas que plantean: amor, guerra, libertad, tiranía.

En “Mitos clásicos en la poesía de Jorge Guillén” **Vicente Cristóbal** (UCM) indaga la presencia del mito en Guillén a través del análisis de su

obra poética (pues su obra crítica en prosa no se refiere a tal materia) y observa que es muy escasa en sus primeros dos libros, pero ya de mayor importancia en los últimos, principalmente en *Homenaje*. Respecto al tratamiento del mito, no se muestra uniformidad alguna, sino una llamativa riqueza funcional: fusión mítica del poeta con alguno de los personajes, con el que se identifica (como en el caso en que recurre al mito de Teseo y Ariadna), elemento culturalista, mera alusión, empleo paradigmático, adaptación desmitificadora del viejo argumento a la realidad presente, según tendencia de la época (mientras que en ocasiones es mayor la cercanía a las fuentes antiguas).

Siguiendo con otro poeta –fundamentalmente– de la “Generación del 27”, en “El mito griego en la obra de García Lorca” **Rosa María Aguilar** (UCM) hace una revisión de los mitos más relevantes en su obra, la poética sobre todo, y estudia la influencia que la tragedia griega ejerció en su teatro (en el que impera la subversión de la norma, como probable reflejo de la *hybris*). Señala los conocimientos e interés de Lorca por la cultura clásica y el mito griego, que evoca continuamente. Entre los mitos recurrentes destacan los de Venus, Apolo, Dioniso –menos explícitos en su mención a medida que avanza el tiempo–, con los que el poeta con frecuencia parece estar simbolizando sus propios sentimientos y mundo personal.

“Manuel Altolaguirre en torno al río de Narciso”, por **Alicia Esteban Santos** (UCM): en la obra poética de este autor asimismo del 27 son pocas las citas mitológicas, pero muy significativas, porque todas se refieren al mismo mito, el de Narciso, alguna vez explícito pero más comúnmente solo sugerido. Y es que el mito de Narciso y todos los elementos de su entramado (el río, el espejo, el reflejo o espejismo vano, el eco; el amor, la muerte, la flor, el paisaje) sirven para simbolizar el sentir, las inquietudes, obsesiones y ansias que se traslucen por lo demás constantemente en la obra toda de Altolaguirre.

En este estudio sobre otro poeta del 27, “Entre el lamento de Andrómeda y la desolación de la Quimera. Mito y poesía en Luis Cernuda”, **Germán Santana Henríquez** (Univ. Las Palmas de Gran Canaria) comenta la importancia que Cernuda concede a la mitología griega, radicada en la identificación con la poesía. La utilización del mito puede explicarse como un refugio ideal ante una realidad vulgar que el poeta no soporta ni comprende, como un estado de pureza; un refugio para la soledad del propio poeta, en donde crear seres fantásticos que le acompañen. Así, en el análisis de los dos mitos tratados se aprecia su empleo metafórico: Andrómeda representa

al poeta y el monstruo, su carácter solitario y triste, mientras que Perseo es el mancebo deslumbrante al que su cuerpo se abandona. Por otra parte, la quimera, animal fabuloso pero ambiguo, que escupe fuego y es símbolo de la perversión compleja, evidencia el duro enfrentamiento interior de Cernuda.

En “El mito clásico en la obra de Rafael Alberti” –siguiendo con los poetas de la “Generación del 27” – **Enrique Á. Ramos Jurado** (Univ. Sevilla) indica que los conocimientos de este autor autodidacta sobre el mundo y las lenguas clásicas son muy pobres y que en gran parte su contacto con la mitología se realiza a través de la pintura. Y una de sus mayores fuentes de inspiración es la rememoración de su ciudad natal, Cádiz, su paraíso perdido, que –tan anclada en la mitología clásica– le incita a reverdecer todo su mundo mitológico (Hércules, Gerión, Hespérides, Atlantes, etc.). Para Alberti, por tanto, el mito –siempre abierto a renovadas y personales reinterpretaciones– tiene un claro valor simbólico y responde a sus necesidades subjetivas: Cádiz, el mar, el amor (a Venus-Afrodita son reiteradas las referencias), la mujer.

Aunque trata de otro poeta del 27 el estudio “La cara y el envés de la trama: el mito clásico en Dámaso Alonso”, a cargo de **Francisco Pejenaute Rubio** (Univ. Oviedo), se centra en la faceta de crítico literario del autor, puesto que las referencias al mito clásico en su poesía son mínimas. Se muestra en ello como perfecto conocedor y degustador del mito (en los comentarios sobre Góngora, ante todo), con sus reflexiones eruditas, aunque con escasas aportaciones personales.

“Los mitos clásicos en el teatro del 27: José Bergamín y Max Aub”, por **José Vela Tejada** (Univ. Zaragoza): hacia 1930 surge una generación de dramaturgos de carácter innovador, experimental, cuyos esfuerzos por renovar el teatro y abordar temas eternos de manera original serán frenados bruscamente por la Guerra Civil. Muchos escriben en el exilio, en donde el teatro universaliza los temas españoles o utiliza temas no nacionales. Entre ellos, Bergamín y Max Aub. Respecto al mito clásico, el carácter innovador de esta literatura les ha hecho acercarse a él otra vez, y es en el teatro en donde se evidencia este renacimiento del mito antiguo con mayor intensidad, porque con el retorno a la tragedia se ha encontrado un antídoto eficaz de su crisis. En Bergamín destacan los temas de Medea, Antígona, Hécuba, y en Max Aub, en especial, Narciso, en versión vanguardista, en la que domina esa temática universal preocupada por el aislamiento del hombre y su incapacidad de comunicación.

En “Del objeto al sujeto: fetichismo y autonomía en *El señor de Pigmalión* de Jacinto Grau” **Michael Kidd** (Univ. New Mexico) señala

que Grau representa un apartado interesante de la historia de la mitología clásica en el teatro español contemporáneo. Autor de vanguardia, con escaso éxito en su época como dramaturgo, retoma el mito de Pígalión para realizar sus metas artísticas, y lo entrelaza con el de Prometeo, sirviéndole para criticar la tiranía del interés económico que valora el éxito popular por encima de la obra maestra.

En "Influencias de la mitología griega en Valle-Inclán" **Mariano Benavente y Barreda** (Univ. Jaén) llega a las siguientes conclusiones a través de su examen: el autor no parece tener muy profundos conocimientos de la mitología ni de la cultura clásica en general; la mayoría de las referencias a la mitología clásica surge en usos convencionales y citas algo triviales, en empleo ornamental; hay temas clásicos, pero que pueden proceder de otras fuentes diversas; sin embargo, en todo caso, la sensibilidad de Valle-Inclán capta bien la belleza y grandeza de los mitos griegos.

"Algunos mitos griegos en el teatro español de postguerra", por **Esteban Calderón Dorda** (Univ. Murcia): son estudiadas obras de José M^a Pemán (*Electra*: 1949), Antonio M^a Ballesteros (*Orestíada* 39: 1960), Juan Germán Schroeder (*La esfinge furiosa*: 1951), Salvador S. Monzó (*Ulises o el retorno equivocado*: 1958), Ramón Gil Novales (*La urna de cristal -1989-*, nueva visión de la Guerra Civil en que recurre al motivo de la *Orestía*, y *El doble otoño de mamá bis o casi una Fedra*: 1978), Julián Gállego (*Fedra*: 1951). Las primeras obras sobre mitos griegos aparecen tras los primeros años de la postguerra, y desde ideologías distintas nos hablan de la Guerra Civil, siendo la guerra de Troya y sus retornos el motivo de gran parte de ellas, y también el de Fedra, como exponente de mujer liberada. Hasta principios de los años sesenta el mito es un vehículo de transmisión ideológica, para comunicarse en una sociedad de censura.

"Presencia de mitos clásicos en algunos dramaturgos contemporáneos", de **Jesús de la Villa** (UAM): este estudio se centra también en autores que usaron los mitos clásicos como tema de sus creaciones teatrales después de la Guerra Civil: J. M. Pemán, otra vez (entre otras, *Antígona*: 1945), J. R. Morales (*La Odisea*: 1963-4, etc.), M. Zambrano (*La tumba de Antígona*: 1967), G. de Ubillos (*El llanto de Ulises*: 1972). Presentan grandes divergencias en lo referente a la fidelidad a los motivos míticos, que es mucha en Pemán, tanto en el fondo narrativo como en la forma literaria, mientras que es casi imperceptible en Ubillos. En posición intermedia se hallan Zambrano (más cercana a Pemán) y Morales (más próximo a Ubillos). Pero, en otro parámetro, Zambrano se aparta de los

otros tres, pues recrea sobre los datos clásicos, modifica la historia y aporta una nueva visión.

En "Aspectos de la tradición de mitos clásicos en el teatro contemporáneo: notas sobre Domingo Miras y Luis Riaza" **Pedro Luis Cano** (Univ. Autónoma de Barcelona) señala que los mitos, símbolo de neurosis y reflejo de civilizaciones y ritos, son la metáfora de una sociedad que quiere cambiar y rechaza su historia inmediata antidemocrática. Miras (*Egisto, Penélope, Fedra*: 1971-1973) y Riaza (*Antígona... ¡cerda!, Medea es un buen chico*: 1983) son dos buenos ejemplos: el primero representa una forma teatral ortodoxa de dar nuevas lecturas a los mitos clásicos, y respecto al segundo, su opción con mito y teatro es la ruptura.

"Influencias del mito clásico en Álvaro Cunqueiro", de **M^a Carmen García Sola** (Univ. Granada): evadiéndose de la realidad, el autor crea un universo fastuoso de belleza. El recurso a los personajes mitológicos le sirvió para tejer una trama a fin de crear un mundo irreal, y al mismo tiempo para dar fe de lo cotidiano, pues ese mundo no se desarrolla en Argos, Tebas, Ítaca, sino en su tierra gallega.

En "Idealismo y parodia. La presencia viva de la mitología en la narrativa de Rafael Sánchez Mazas, Luis Goytisolo, Juan García Hortelano y Juan Marsé" **Francisco García Jurado** (UCM) centra su análisis en valorar conjuntamente estos criterios: intención de los mitos clásicos que aparecen en las novelas estudiadas; el nominalismo de los personajes y su conexión con la mitología; la presencia explícita o no de la literatura clásica como fuente mitográfica, y la consideración de que la fuente mitológica pueda ser iconográfica. La novela de Sánchez Mazas, *Rosa Krüger* (escrita en 1936), es muy anterior a las otras y pertenece a la corriente idealista, mientras que las otras tres (*La muchacha de las bragas de oro*, de Marsé; *Los vaqueros en el pozo*, de García Hortelano, y *La cólera de Aquiles*, de Goytisolo) son de fines de los 70 y presentan otros planteamientos del mito: parodia, ironía, metáfora y psicologismo, respectivamente, como nos muestra F. García Jurado en un cuadro final.

En "¿Todavía los mitos clásicos? Su reflejo en autores españoles contemporáneos" **Miguel Rodríguez Pantoja** (Univ. Córdoba) examina los mitos clásicos en tres obras: en la novela *Cerberos en las sombras* (1974), de Juan José Millás, se manifiestan como inspiración difusa; en la comedia *Último desembarco. Una comedia homérica*, de Fernando Savater, son el motivo directo, y en la novela *El ciego de Quíos*, de Antonio Prieto, son objeto de recreación.

“Influencia de los mitos clásicos en los poetas novísimos”, capítulo en que **Juan J. Moralejo** (Univ. Santiago) comenta la presencia de los mitos clásicos en siete poetas: Guillermo Carnero, Antonio Colinas, Luis Alberto de Cuenca, Leopoldo María Panero, Ana Rossetti, Jaime Siles y Luis Antonio de Villena, y señala como significativo el hecho de que no hay en el tratamiento del Mito por ellos una recreación, sino que parece que la alusión a lo clásico puede ser con frecuencia mero follaje retórico y estético, o limitadas las referencias a la imaginaria tópica, a la simbolización, metaforización.

“Presencia de los mitos clásicos en la poesía de los ‘Postnovísimos’”, de **Juan Luis Arcaz Pozo** (UCM). Estudia en un primer apartado a los poetas de los 70 que representan un puente entre los Novísimos y la generación de los 80, mientras que un segundo apartado lo dedica a los poetas de la generación de los 80. Destaca en uno y otro diversos autores en quienes está ampliamente documentada la mitología grecolatina, y comenta pasajes de sus obras, que ofrece como muestras de que los mitos clásicos perviven y están claramente presentes en la última poesía española (a pesar de que pudiera parecer que el abandono de la estética novísima suponía también un abandono de la antigüedad clásica), y siguen cumpliendo funciones significativas: fusión con el poeta, su utilización como argumento, en tanto metáforas de vivencias universales, recreados, revisados, subvertidos, modificados en nuevos mitos y con nuevas visiones (como las femeninas, que suponen la innovación más destacada), contextualizados.

“El mito en Ramón J. Sender, Elena Soriano y Francisco Ayala”, a cargo de **M^a Dolores Castro Jiménez** (UCM): los tres autores, aparte de que recurren al mito clásico en sus obras, tienen poco en común, salvo algunas circunstancias de su vivencia personal y el mismo género que cultivan, la narrativa. De Sender examina tres novelas (*La mesa de las tres Moiras*, *Orestíada de los pingüinos* y *Oso malayo*) y observa su gran capacidad para fabular a partir de un episodio mitológico, su profundo conocimiento del mundo grecolatino, así como la utilización del mito principalmente en función etiológica, alegórica, o en alusión erudita. Respecto a Elena Soriano se centra en su novela *Medea 55*, en la que —como en la tragedia de Eurípides— se plantea el conflicto entre hombre y mujer. De Francisco Ayala escoge para su análisis un relato breve, *Medusa artificial*, evocación alegórica, con mucho humor, y actualización del mito griego, aunque fundido con el referente bíblico (el arcángel Gabriel, Eva, la serpiente).

“El mito clásico en la obra de Gonzalo Torrente Ballester”, por **Jesús Lens Tuero † - José M^a Camacho Rojo** (Univ. Granada): se comentan

más detenidamente de entre la fecunda producción del autor tanto un drama (*El retorno de Ulises*) y una novela (*Ifigenia*) como algunos de sus relatos breves, y se distingue entre estas obras —que son recreaciones de mitos— y las que solo presentan referencias. La conclusión es que el mito clásico es una constante temática en la obra de Torrente. En algunos casos es solo aludido, pero en otros muchos tiene tratamiento de preferencia, de modo que es uno de los autores contemporáneos de nuestra literatura que con más frecuencia explota y reelabora los mitos, y es además, en el s. XX, pionero en la creación de nuevas versiones y en la desmitificación. Por otro lado, la función del mito en él es variada, pero nunca un mero adorno o pastiche, sino eje de la forma y el significado y clave imprescindible para entender su obra. En general lo emplea para desmitificar la historia, a menudo con una finalidad irónica y humorística, y representa un elemento importante en sus sátiras del poder, en especial del poder político y el religioso.

En “Mitos y personajes míticos clásicos en Antonio Buero Vallejo” **Juan Antonio López Férez** (UNED) recorre la obra del autor, tanto dramática —fundamentalmente— como también poética, narrativa, ensayística, por lo que el estudio se halla dividido en dos partes estructuradas de manera diferente. La primera se centra en las obras teatrales y es abordada desde la perspectiva del análisis de cada pieza: se detiene más en particular en *La tejedora de sueños* (alegato contra las guerras, en la que Buero sigue de cerca la *Odisea*, aunque con intención desmitificadora), pero también rastrea las huellas míticas en el resto de sus dramas. En la segunda parte del trabajo recoge L. Férez distintas referencias clásicas en el resto de la producción de Buero, distribuyendo y clasificando el abundante material en su diversidad según el tipo de datos.

En “Tratamiento de la mitología clásica en algunas de las novelas de Camilo José Cela” **Dulce Estefanía** (Univ. Santiago de Compostela) comenta que la mitología y la leyenda clásicas se reparten de modo muy desigual en las novelas del autor, pues casi no aparecen en algunas, mientras que, por ejemplo, en *Oficio de tinieblas 5* su presencia es abundante. Pero en conjunto el número de referencias míticas es numeroso. Algunas se limitan a ser expresiones del acervo común, que tal vez no deban considerarse propiamente mitológicas, como en ciertos casos las relativas a las Sirenas; otras son utilizadas metonímicamente o en comparaciones (Venus, Apolo, las Sirenas mismas en otras ocasiones). Pero, por otra parte, los seres míticos adquieren relevancia en las novelas de Cela cuando intervienen como actores de su propia fábula o asociados a figuras

históricas o a los personajes de la novela, porque muy frecuentemente los personajes míticos (como también los históricos) se entremezclan con los de la propia novela.

Se cierra el tomo I con el estudio sobre dos autores teatrales “Sastre y Gala: dos posturas ante el mito”, a cargo de **Francisca Moya** (Univ. Murcia): Sastre y Gala se sirven del mito de modo distinto, según sus diferentes personalidades, ópticas e intereses personales, como se pone en evidencia a través del análisis. Tras el examen de las obras de Sastre *El pan de todos* (recreación del mito de Orestes), *Demasiado tarde para Filoctetes* y *Los dioses y los cuernos* (comedia, recreación del mito de Anfitrión en clave de humor), señala F. Moya que el teatro de Sastre recrea los mitos y su postura ante ellos no deja de lado el teatro social, pues es la sociedad el objeto de su mirada y de su crítica. De Gala comenta que es un escritor brillante, en que la forma acompaña al fondo, predominando sin duda la forma, y que en él el amor ocupa un lugar primordial, aunque no se desentiende por completo de la situación social. Analiza su obra *¿Por qué corres, Ulises?*, en la que son recreados de manera personal los personajes míticos.

Del tomo II – *Mitos clásicos en la literatura hispanoamericana del siglo XX*- daremos a continuación una visión más rápida.

Es a la literatura argentina a la que se ha prestado mayor atención, pues, de los 32 estudios que componen este tomo, 11 se dedican a ella, total o parcialmente. Y en segundo término, a la mejicana, con 9 trabajos. Autores cubanos o de otros países de las Antillas son examinados en 5 capítulos, así como en 4, autores peruanos y en otros 4 también, venezolanos. Ya en menor medida se trata sobre la literatura de otros países.

Comienza el volumen con los estudios centrados en autores mejicanos:

Luis Miguel Pino Campos (Univ. La Laguna), “Mitos clásicos en la literatura mejicana del siglo XX: el ejemplo de algunos autores”: estructura el artículo desde la perspectiva de los distintos motivos clásicos en los diversos autores estudiados (14, entre los que está Amado Nervo), siendo el motivo del Amor –Eros, Venus, Afrodita– el más frecuente. Completa el trabajo con unos útiles índices.

El siguiente capítulo, a cargo de **Manuel Sánchez Ortiz de Landaluce** (Univ. Cádiz), “Pervivencia de la literatura y la mitología clásica en el modernismo mexicano y antillano” trata el tema en autores cubanos, como José Martí, así como en otros mexicanos.

Sobre autores dramáticos en concreto versa el estudio de **Ramiro González Delgado** (Univ. Extremadura) “Mitos clásicos en el teatro mexicano del siglo XX. Rodolfo Usigli, Emilio Carballido y Víctor Hugo Rascón Banda”, en donde se constata una vez más que es el teatro el género en que más ha pervivido el mito griego.

Miguel Rodríguez Pantoja (Univ. Córdoba), en “El recurso a la mitología grecolatina en prosistas de México y Centroamérica contemporáneos”, incluye en su análisis (estructurado según los distintos motivos clásicos que aparecen) las obras de autores no solo mexicanos sino también guatemaltecos (Miguel Ángel Asturias entre otros) y nicaragüenses.

Antonio María Martín Rodríguez (Univ. Las Palmas de Gran Canaria) analiza la obra de estos otros autores mexicanos: “*Todos terminamos en Circe*. La mitología clásica en algunos representantes contemporáneos de la narrativa y el ensayo mexicanos: José Revueltas, Juan Rulfo, Carlos Fuentes, Elena Poniatowska y Carlos Monsiváis”.

También al ensayo en México dedica su trabajo **Jordi Redondo** (Univ. Valencia): “La tradición clásica en el pensamiento y el ensayo en México: Alfonso Reyes y dos generaciones de autores”.

En un tema mítico concreto centró **María Sten** † (Univ. Autónoma de México) su estudio “Reflejos de Clitemestra en algunas obras mexicanas del siglo XX”, de nuevo sobre la obra dramática de autores mexicanos: *Secretos de familia* de Héctor Mendoza y *Orestes parte* de José Ramón Enríquez.

Otra vez se aúnan como objeto del mismo trabajo obras mexicanas y antillanas: “Instrumentos para el estudio del mito clásico grecolatino en la prosa mexicana y antillana de la primera mitad del XX”, a cargo de **Rafael J. Gallé Cejudo** (Univ. Cádiz).

En un solo autor –mexicano, de multiforme y vastísima producción– se centra **Jaume Pórtulas** (Univ. Barcelona): “Entre Marsias y Aristarco: el helenismo de Alfonso Reyes”.

Abandonamos México en los siguientes estudios, que se refieren a autores de otros países. Así, el de **Germán Santana Henríquez** (Univ. Las Palmas de Gran Canaria): “Presencia de los mitos clásicos grecolatinos en la poesía centroamericana desde 1950 hasta nuestros días (los casos de El Salvador, Honduras y Costa Rica)”.

De otras nacionalidades son los autores examinados en el capítulo de **Mónica María Martínez Sariego** (Univ. Las Palmas de Gran Canaria) “Presencia de los mitos clásicos grecolatinos en la poesía de Guatemala, Nicaragua y Panamá desde 1950 hasta nuestros días”.

De nuevo nos situamos en las Antillas, como también algunos de los estudios reseñados después. El de **Alicia Esteban Santos** (UCM), "Presencia de los mitos en siete autores de las Antillas", habla de cinco cubanos (Nicolás Guillén, entre otros) y dos puertorriqueños (Julia de Burgos y René Marqués); de ellos tres son fundamentalmente poetas, y cuatro, dramaturgos ante todo.

También **Elina Miranda Cancela** (Univ. La Habana) examina la obra teatral de autores antillanos: "Tres acercamientos al mito en el teatro de las Antillas: Pedro Henríquez Ureña, Virgilio Piñera y Luis Rafael Sánchez".

Insiste en el tema del teatro antillano el artículo de **Carmen Morenilla** (Univ. Valencia): "Teatro y mito griego en Cuba: Virgilio Piñera y Reinaldo Montero".

Sebastian Neumeister (Freie Universität. Berlin), en "Cansancio y reivindicación del mito en José Lezama Lima", dedica su investigación ahora a un solo autor, cubano asimismo, poeta (y también novelista y ensayista), uno de los más cultos de su generación.

Ya sobre autores de otros países trata el trabajo de **Concepción López Rodríguez** (Univ. Granada): "Perspectivas míticas (Mitos clásicos en la poesía sudamericana del siglo XX: Venezuela, Colombia, Ecuador, Bolivia y Perú)".

En un único autor peruano, que ocupa un lugar privilegiado en la literatura de su patria en los primeros años del siglo XX, se centra **Jordi Sanchis Llopis** (Univ. Valencia): "Alusiones a la mitología clásica en la obra de Abraham Valdelomar".

También sobre un autor peruano (Alonso Alegría) versa parte del estudio de **Rosa M^a Aguilar** (UCM) "Los mitos clásicos en el teatro hispanoamericano del siglo XX (Perú y Venezuela)". Además, examina las obras de tres autores venezolanos: José Ignacio Cabrujas, César Rengifo y Rodolfo Santana.

De nuevo es un personaje mítico determinado el objeto de análisis a través de diversos autores, de distintas nacionalidades (dos argentinos, un puertorriqueño y un brasileño). Es el capítulo de Ángel Vilanova (Univ. Los Andes. Mérida (Venezuela)) "Las Antígonas iberoamericanas (II): Nuevas aproximaciones al análisis de *Antígona Vélez*, de Leopoldo Marechal; *Pedreira das almas*, de Jorge Andrade; *La pasión según Antígona Pérez*, de Luis Rafael Sánchez, y *Antígona furiosa*, de Griselda Gambaro".

A dos importantes autores, uno de Venezuela (Rómulo Gallegos) y otro de Colombia (Gabriel García Márquez) dedica su atención **Mariano**

Benavente y Barreda (Univ. Jaén): "La tradición clásica en la novelística hispanoamericana del siglo XX (Venezuela y Colombia)".

De Venezuela también es la novela de tema mítico (inspirada en la tragedia de Eurípides, y a la vez en la realidad social de su país) que estudia **Cristina Martín Puente** (UCM) en "La mitología clásica en la novela *Ifigenia, diario de una señorita que escribió porque se fastidiaba de Teresa de la Parra*".

Sobre el famoso autor peruano y su novelística —en la que tiene gran importancia la dimensión mítica— versa la investigación de **Diana M. de Paco Serrano y Gilberto Vásquez Rodríguez** (Univ. Murcia): "Mitos clásicos en la obra de Mario Vargas Llosa".

Los últimos 10 capítulos se dedican casi por completo a autores argentinos, o, en todo caso, de los países próximos, del llamado Cono Sur, Chile y Uruguay. De **Antonio López Fonseca** (UCM) es el capítulo "Mitología clásica y poesía hispanoamericana: del Modernismo a las Vanguardias (o de Leopoldo Lugones a Pablo Neruda)".

A **Dora Carlisky Pozzi** (University of Houston) se debe el estudio "Búsqueda de identidad cultural: mitos clásicos en el teatro argentino contemporáneo", en que recorre la obra de un nutrido grupo de autores, entre los que se encuentra Alfonsina Storni, con su farsa ingeniosa y punzante inspirada en el sacrificio de Polixena.

Ana Vicente Sánchez (Univ. Zaragoza), en "Mitos clásicos en el teatro argentino del s. XX: algunos ejemplos", examina con más detenimiento la misma farsa (mezcla de tragedia y comedia) de Alfonsina Storni, así como las obras míticas de Julio Cortázar, de Leopoldo Marechal y de Griselda Gambaro.

Insiste en el teatro argentino, pero desde otra perspectiva, en comparación con el español, el trabajo de **Andrés Pociña** (Univ. Granada) "Diferentes tratamientos de mitos clásicos en el teatro español y argentino del siglo XX". Así, nos comenta la *Ismena* de Agustín García Calvo, la *Antígona Vélez* de Leopoldo Marechal, y, por otro lado, *Penélope* de Domingo Miras y *Dido y Eneas* de Javier Roberto González.

Emilio del Río (Univ. La Rioja) con "La mitología clásica en Borges" se centra exclusivamente en este famoso autor.

Ana María González de Tobia (Universidad Nacional de la Plata) examina desde su perspectiva —encaminada a la comparación entre sus respectivas obras— algunos de los importantes autores argentinos también comentados en otros capítulos: "Julio Cortázar y el mito griego. Vinculación y contraste con algunos tratamientos de Borges y Marechal"

Cristina Martín Puente (UCM) se centra en la famosa novelista y periodista chilena y en su primera novela: “Claves mitológicas para leer *La casa de los espíritus* (1982) de Isabel Allende”

También a la obra de un único novelista, argentino en este caso, dedica **María José Muñoz Jiménez** (UCM) su estudio “Presencia del mito clásico en la obra de Mujica Láinez”.

Luis Unceta Gómez (UAM) aborda la investigación con un enfoque temático más concreto y referido a la obra de dos novelistas argentinos (Ernesto Sábato y Manuel Puig) en su trabajo “El ciego, el profeta, el transexual... Arquetipos míticos en la Argentina del siglo XX”.

Un último artículo se dedica al ensayo, representado por dos autores argentinos y uno uruguayo (Rodó), y se debe a **José David Castro de Castro** (UCM): “La mitología en el ensayo hispanoamericano de comienzos del siglo XX: José Enrique Rodó, Manuel Ugarte y Ricardo Rojas”.

Cierran el trabajo los Abstracts e índices varios a cargo de **Juan Antonio López Férez** (de pasajes citados, de autores y obras, de términos notables, de nombres mitológicos).

Considerados individualmente, los mencionados trabajos que componen la obra son de gran valía, fundados en sólidos conocimientos, cuidados, bien estructurados, de análisis casi exhaustivo (que en muchos casos supone una tarea ingente y muy laboriosa, de búsqueda de referencias no siempre evidentes –y a veces casi inexistentes– a través de una prolífica producción en algunos autores, o bien a través de las obras de numerosos autores agrupados bajo algún denominador común), con recopilación de rico material, con relevantes conclusiones y aportaciones novedosas por lo general, completados por la bibliografía oportuna. En suma, contribuyen en gran medida a enriquecer los conocimientos sobre el correspondiente autor, su época y entorno, así como sobre la mitología y el mundo clásico desde variadas perspectivas. Pero lo que resulta más valioso aún es la visión en conjunto que se ofrece, pues nos permite apreciar –entre otras cuestiones– las muy diversas funciones y finalidades del empleo de los mitos, así como los muy diversos tratamientos de un mismo mito, según las personalidades individuales, épocas, circunstancias históricas, corrientes y tendencias literarias, géneros. El aunar todos estos estudios es un proyecto de inmenso valor y utilidad. ¡Enhorabuena a J. A. López Férez, por llevarlo a cabo! Y este es el primer paso, el primer volumen, al que seguirán todos

los que completen la literatura de habla hispana en su totalidad. Una obra magna.

ALICIA ESTEBAN SANTOS

MOUSSY, Claude, *La Polysémie en Latin*, Paris, Presses de l'Université Paris-Sorbonne, *Collection Lingua Latina* 12, 2011, 320 pp. ISBN: 978-2-84050-704-8.

Como traduzir, por exemplo, *crimen, scelus e facinus* dentro de um mesmo parágrafo? Como determinar se existem especificidades semânticas distintas entre estas palavras ou se existe apenas uma *uariatio* (especialmente p. 53-54, 57-60 e 65-66)? Por que razão um dado autor prefere sistematicamente uma delas em detrimento das restantes? Qual é o seu significado preciso no contexto de ocorrência (p. 90-91)? Por que razão alguns verbos compostos não têm um significado distinto do verbo simples de que provêm (p. 180, 182-186, 194, 203, 225)? Estas são algumas questões práticas que quem estuda latim e literatura latina está habituado a enfrentar no seu trabalho diário, e que esta obra pode ajudar a esclarecer.

Trata-se de um conjunto de estudos de semântica, em que o autor aplica os princípios do estruturalismo moderno à língua latina. Os três primeiros capítulos compõem uma exposição metodológica e correspondem a uma primeira parte da obra, a que se seguem quatro secções divididas por categorias morfológicas. Claude Moussy procura determinar sucessivamente o campo semântico dos substantivos *monstrum, ornamentum e invidia*; dos verbos *gliscere, litare, mactare e inuolare*; dos prefixos *re-, com-, de- e pro-*; dos adjetivos *probabilis e secundus*, e da preposição *iuxta*. Para explicar a riqueza semântica do vocabulário latino, Moussy tem sistematicamente em conta os equivalentes gregos, a influência dos sinónimos, o valor distintivo dos antónimos, a história dos vocábulos com base em textos de toda a latinidade, a sintaxe e as mudanças na sintaxe das palavras, enfim as formas correspondentes nas línguas românicas. De acordo com o método científico adoptado, as valências semânticas dos termos são deduzidas a partir das relações estruturais que é possível estabelecer entre estas várias dimensões linguísticas. Ao longo da primeira parte da obra, o leitor pode familiarizar-se com noções como sema, semema, oposição, comutação, traço distintivo, traço pertinente, restrição e extensão de sentido. Porém, não se

trata de um manual estruturalista; embora siga esta corrente linguística, o autor apenas retoma e define terminologia na medida adequada aos seus objectivos científicos. Por isso, eu diria que não é necessário ser especialista em linguística, nem em linguística latina, para ter interesse neste livro, mas é necessário ter noções básicas de linguística e um conhecimento mais que básico de latim, dado que Moussy utiliza profusamente fontes de todos os géneros literários e, como já referi, de toda a latinidade. A sua obra terá, sem dúvida, particular interesse para um leitor especializado em latim, que queira ir além do dicionário etimológico, corrigido, de resto, por Moussy em alguns dos seus estudos (ver, por exemplo, p. 115 sq.).

Tal como o autor informa na introdução (p. 7), este volume reúne estudos publicados ao longo das últimas cinco décadas. De facto, quem lê este livro percebe claramente que está perante o resultado de uma vida dedicada a estudar o assunto que o título anuncia. Nesta medida, poder-se-ia dizer que se trata de um trabalho, não 'feito', mas 'perfeito', no sentido de que nada há a acrescentar-lhe, de tal modo o seu conteúdo científico se revela demoradamente 'aperfeiçoado' e consolidado. Somente alguém com um profundo e laborioso conhecimento de uma matéria tão complexa poderia apresentá-la de forma tão simples e acessível. Talvez por ter consciência da densidade do seu tema e dos seus estudos, Claude Moussy evita as exposições longas e compactas, optando por sistematizar o discurso em partes numeradas, o que torna muito fluida a leitura das suas, potencialmente intimidantes, trezentas páginas de linguística latina. Mesmo para um leitor que não seja propriamente especializado na área da linguística, esta obra abre uma perspectiva revigorante sobre uma língua clássica, muitas vezes alvo de um estudo repetitivo e estagnado. Pelo contrário, ao longo dos seus sucessivos artigos, Moussy aborda o latim como uma língua dinâmica. As suas claras e avalizadas explicações acerca dos processos de evolução semântica permitirão decerto expandir e flexibilizar os instrumentos de análise e compreensão do leitor que se dedique a estudar o perene legado da língua latina.

CARLA SUSANA VIEIRA GONÇALVES

T. NOGALES BASARRATE (Ed.), *Ciudad y Foro en Lusitania Romana / Cidade e Foro na Lusitânia Romana*, Studia Lusitana, 4, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 2010, 363 páginas, ilustrado. ISBN 978-84-613-4193-1.

A colecção *Studia Lusitana* publicou uma obra que, pela primeira vez, não corresponde a uma monografia, pois reúne as comunicações apresentadas no Encontro Internacional Cidade e Foro na Lusitânia Romana, ocorrido na capital da Estremadura em 2007. A referida reunião científica teve lugar no ambiente acolhedor e estimulante do Museo Nacional de Arte Romano, no âmbito do Projecto *Lusitania Romana: investigación para la difusión del pasado cultural del Occidente de la Península Ibérica*, dirigido por Trinidad Nogales Basarrate, cuja generosa actividade a favor dos estudos lusitanos não quero deixar de sublinhar. A importância desta reunião reflecte-se na quantidade e qualidade das comunicações publicadas, num total de 21, representando um conjunto de trinta e três investigadores especialistas da Lusitânia romana. Justifica-se assim, plenamente, a alteração na metodologia observada pelo plano de edições da colecção.

Durante as duas últimas décadas os progressos da arqueologia urbana e da arqueologia das cidades romanas foram significativos, com todas as consequências daí resultantes para o melhor conhecimento dos *fora* lusitanos. Recordo que, num volume intitulado *Los Fora de las Provincias Occidentales*¹, editado em 1987, não se encontram mais do que rápidas referências aos *fora* de *Conimbriga*, *Aeminium* e *Emerita*. É certo que a referida obra reflecte a opção mediterrânica observada pelo colóquio que a originou, mas mesmo assim não deixa de sublinhar a modéstia do que se conhecia, circunstância agravada pela limitada difusão da bibliografia sobre as cidades lusitanas, em particular da bibliografia portuguesa. O volume com que a colecção *Studia Lusitana* brindou os investigadores do passado imperial romano desta multifacetada região do Ocidente veio na hora própria, como síntese e como repertório de novas propostas, tudo resultando de trabalhos de investigação recentes ou em curso.

Pelas suas características específicas não é fácil traçar um comentário exaustivo dos contributos que integram a obra, o que exigiria uma análise prolongada de cada um deles, impossível nestas circunstâncias. Um aspecto que deve ser destacado é o que se relaciona com o desigual conhecimento dos *fora*, alguns dos quais, mesmo em centros urbanos de relevo, como a colónia de *Scallabis* (Santarém), são totalmente desconhecidos. Assim,

existe uma acumulação de dados para um grupo bastante alargado de cidades lusitanas enquanto que de outras pouco ou nada sabemos de concreto.

Particularmente importante é o facto de a obra abranger centros urbanos dos dois lados da fronteira luso-espanhola, reforçando uma dinâmica de análise global da arqueologia lusitana, e não apenas transfronteiriça, para a qual a equipa do *Museo Nacional de Arte Romano* tem contribuído com entusiasmo. Congratulo-me pelo facto, ao qual não são alheias as Mesas Redondas dedicadas à província lusitana, nascidas em Bordéus de uma ideia que tive no já longínquo ano de 1985 e que se destinava a comemorar o bimilenário da criação da Lusitânia: *ad augusta per angusta!*

Sublinhar a importância dos *fora* no urbanismo romano é redundante e seria desnecessário se não houvesse que considerar os aspectos ideológicos e sociais associados e o que eles representaram no processo de romanização das províncias menos dotadas para a vida em cidades. Na verdade, não faltam situações em que a edificação do *forum* determinou o modo e o ritmo de renovação dos povoados pré-existentes, enquanto noutros a centralidade, objectiva e subjectiva, que dele emanava fez com que não poucas cidades se limitassem fisicamente a pouco mais. Lembro o caso da *Civitas Cobelcorum* (Almofala), cujo templo do *forum* foi longamente considerado um mausoléu ou templo de *villa*. Tais circunstâncias abrangem um conjunto de situações, agravadas por uma cronologia por vezes incerta, mesmo para sítios arqueológicos intensamente escavados e estudados, como é o caso de *Conimbriga*, onde a versão de duas fases na construção do *forum* acabou por ceder, não sem alguma relutância inicial, à constatação da existência de três fases, a última das quais corresponde à transformação do complexo num santuário do culto imperial, o que sugere, naturalmente, a existência algures de um novo *forum* que abrigue as funções comerciais e jurídicas.

Não faltam, portanto, problemas não resolvidos e hipóteses não provadas ao longo das mais de três centenas de páginas desta excelente publicação, a par de conclusões seguras, estas talvez com menor visibilidade que as primeiras, mas com as quais se constrói o progresso científico, quase sempre a partir do reconhecimento das zonas de penumbra que caracterizam o objecto de estudo. Como é natural, os contributos que se relacionam com *fora* de há muito estudados ou pelo menos, razoavelmente conhecidos, possuem na obra um fôlego diferente daqueles mediocrementemente conhecidos ou apenas sugeridos por indícios mais ou menos indirectos. Mesmo assim, basta lembrar a discussão que longamente se desenvolveu em torno da questão do *forum* colonial e do *forum* provincial de Mérida para que se compreenda

as dificuldades opostas aos investigadores conscientes, particularmente quando os monumentos em estudo contam ainda com reduzida informação.

Muitas destas questões são abordadas sistematicamente por Carlos Fabião na conferência de abertura do Encontro, a qual encerra o volume e que intitulou apropriadamente *Modelos forenses nas cidades da Lusitânia. Balanço e perspectivas*. Este balanço passa pela análise dos modelos conhecidos na Lusitânia, onde predomina o tipo caracterizado pela existência de templo e basílica em topos opostos da praça, pertencente a um estádio avançado do chamado forum-bloco. Fabião não esqueceu, porém, a necessidade de matizar generalizações dogmáticas, pois como evidencia a investigação recente, alguns dos *fora* mais antigos adaptaram-se com dificuldade às reformas a que foram sujeitos em determinada altura. Chama ainda a atenção para o desconhecimento dos monumentos forenses das cidades marítimas, idêntico ao que se verifica nas capitais conventuais do território português da Lusitânia.

O volume abre com a comunicação de Santiago López Morales centrada no elogio humanista à antiguidade de algumas das cidades lusitanas, reflexo do prestígio que o passado romano lhes conferia na Europa de então. O *forum* de Évora é analisado nas comunicações de Theodor Hauschild, Jorge Gonçalves e Panagiotis Sarantopoulos: mais uma vez estamos perante a renovação de um monumento anterior, eventualmente augustano, destacando-se intervenções atribuíveis à época de Cláudio. Helena Frade ocupou-se dos *fora* de Bobadela e da *Civitas Cobelcorum* (Almofala), o primeiro um bom exemplo das modificações introduzidas pela municipalização, o segundo testemunho da mediocridade do equipamento urbano de grande parte das pequenas *civitates* lusitanas, nas quais o culto de Júpiter parece ter suplantado o culto imperial.

O ordenamento urbano de *Aeminium* (Coimbra) em torno do *forum* é tratado por uma equipa coordenada por Pedro Carvalho, contributo particularmente importante no que se refere ao abastecimento de água e aos esgotos da parte alta da cidade. Confirmada já a datação júlio-cláudia da construção do *forum*, como propusemos anos atrás, é necessário desenvolver agora a investigação sobre o sistema de abastecimento de água a partir do aqueduto, tarefa complicada devido às gravosas destruições verificadas nesta área urbana e à sua topografia. A vizinha *Conimbriga*, que possui um dos *fora* melhor conhecidos da Lusitânia, está representada por uma comunicação de Virgílio Correia, sugerindo que a transformação do monumento pelos finais do século I num santuário do culto imperial obrigou, naturalmente, a

edificar um *forum* que abrigasse as funções económicas e administrativas. Se concordamos com esta proposta, já nos parece difícil admitir que o *Vicus Baedoro* referido numa inscrição local identifique um bairro da cidade.

Pedro Bernardes tenta uma muito difícil identificação dos espaços públicos de *Collipo* (S. Sebastião do Freixo), com toda a probabilidade um município flaviano, sobretudo se for considerada a proposta de revisão de leitura da epígrafe que refere a existência de um templo, que desde 1996 defendemos. O estado de destruição do sítio impede que se ultrapasse o campo das hipóteses. Segue-se uma comunicação de José d'Encarnação, no estilo coloquial que o caracteriza, sobre a epigrafia dos espaços forenses, destacando o monumento epigráfico como meio promocional das elites, tendo seleccionado algumas inscrições consideradas mais representativas deste grupo específico e dos problemas que suscitam. Enrique Cerrillo ocupou-se do *forum* de *Capara*, onde se verificou uma renovação pelos finais do século I, nitidamente relacionada com o novo estatuto urbano, tratando das suas funções e progressivo abandono.

Outra grande cidade lusitana, *Norba Caesarina* (Cáceres), teve a localização provável do seu *forum*, que devia ser imponente, analisada num longo contributo assinado por Trinidad Nogales e Enrique Cerrillo. Os dados recolhidos pelos autores são de molde a garantir a localização na área cacereña junto à Plaza Mayor. Restos de lajeado, semelhantes aos que se escavaram em Évora, e outros significativos testemunhos, como os restos de uma estátua equestre em bronze, são elementos suficientes para assegurar a localização proposta pelos autores desta relevante comunicação. Vasco Mantas apresentou a síntese dos conhecimentos sobre os *fora* de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha) e *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), bastante diferentes na concepção e dimensões. Muitas das hipóteses consideradas no artigo, como a estrutura do *forum* amaiense, foram confirmadas entretanto², ainda que continue ausente a possibilidade de uma cronologia fina para o monumento. Quanto ao *forum* de Idanha-a-Velha, escavações recentes orientadas por Pedro Carvalho sugerem uma construção augustana inicial, sem que tal circunstância permita excluir uma alteração posterior, que continuamos a considerar situada nos finais do século I, quando a cidade recebeu o direito latino e, simultaneamente, o título municipal. Também neste caso duvidamos da atribuição do templo ao culto imperial.

Conceição Lopes apresentou um extenso relatório sobre as escavações que tem orientado em Beja, numa área onde se situa um conjunto de complicadas estruturas monumentais. É evidente que houve uma série de

transformações desde os primeiros tempos do Império e ao longo do século I, cuja interpretação é dificultada pela dinâmica do local, realçada pela autora. A análise das ruínas sugere-me uma situação algo parecida com a do *forum* de Sagunto, continuando a acreditar que o conjunto corresponde a um capitólio. Como a arqueóloga subscreve, a interpretação das estruturas subsistentes é ainda provisória. Outra cidade do Sul lusitano considerada nesta obra é *Mirobriga*, nos arredores de Santiago do Cacém, cidade que alguns especialistas hesitam em identificar com as ruínas de Castelo Velho. Filomena Barata desenvolve uma exaustiva análise do *forum*, cuja estrutura não deixa de suscitar muitas questões, inclusive quanto à tipologia do templo principal, dotado de um *rostrum* elaborado, que não deixa de recordar a estrutura existente no templo do *forum* colonial emeritense. A atribuição a Esculápio ou ao culto imperial não pode afirmar-se com certeza, mas creio que a primeira hipótese encontra suporte epigráfico mais relevante. Por outro lado, não esqueçamos que o culto imperial pode recorrer às divindades clássicas, caso em *Mirobriga* de Vénus Augusta.

Os recintos forenses da capital lusitana são analisados em dois importantes artigos da responsabilidade de Trinidad Basarrate, José María Álvarez e Rocío Ayerbe. No primeiro discute-se longamente a evolução dos dois *fora*, colonial e provincial, confirmando-se que o *forum* provincial conheceu alterações no período júlio-cláudio, talvez mesmo no principado de Tibério. Distinguem-se várias etapas, sugerindo-se cautela a propósito das cronologias por comparação. Trinidad Nogales e José María Álvarez analisam também as relações entre os *fora* emeritenses e os *fora* de outras cidades, sublinhando a presença de plataformas em diversos locais. A propósito das portas monumentais valorizam a existência de prótomos de touro monumentais como elemento de datação augustana, como defendi nos anos oitenta a propósito de idênticos monumentos de *Pax Iulia*, cidade onde creio possível existir um segundo *forum*, independentemente da classificação do monumento em processo de escavação.

Rocío Ayerbe desenvolve, numa comunicação que de certa forma complementa a primeira, uma análise das relações entre os recintos forenses e a trama urbana de *Emerita Augusta*. Referindo-se ao conjunto provincial de culto imperial, o *forum provinciae* como outros investigadores preferem identificar o monumento de que o vestígio mais aparente na actualidade é o *Arco de Trajano*, Ayerbe atribui-lhe igualmente uma datação júlio-cláudia, relacionando, através de um achado epigráfico recente, a obra com *L. Cornelius Bochus*, notável de *Salacia* (Alcácer do Sal), cidade cujo *forum* não

foi objecto de comunicação neste Encontro. Creio que a acção dos *Cornelii Bochi* não será alheia ao desenvolvimento da cidade de *Ammaia*, se não mesmo à concessão do direito latino a este importante centro urbano. Ainda em torno do *forum* provincial emeritense, Nicole Röring e Walter Trillmich abordam complexas questões da política romana do período júlio-cláudio e sua influência provincial numa esclarecedora comunicação intitulada *Agrippina y la Concordia Augusti. Elementos para la interpretación del "foro" provincial de la Colonia Augusta Emerita*.

Maria Pilar Reis trata largamente dos tanques, fontes e espelhos de água associados aos templos dos *fora* lusitanos. A investigação tem demonstrado que a existência destas estruturas nos *fora*, consideradas como um elemento do culto imperial, corresponde a um modelo que vai ganhando crescente representação. Não pode, creio, ser interpretada simplesmente como reflexo da presença de colonos itálicos. Não concordo com a interpretação dos vestígios do templete de Idanha-a-Velha, bem visíveis em 1983, com um tanque, cuja localização na velha planta de D. Fernando de Almeida está, na comunicação de Pilar Reis, incorrecta. Dos *fora* das cidades do Norte da Lusitânia ocupou-se João Inês Vaz, embora quase todos sejam difíceis de identificar com segurança, ainda que o da *Civitas Aravorum* (Marialva) e o de Viseu mereçam ser considerados muito prováveis. Menos aceitável é a tese da identificação, que há muito contraria, de Viseu como capital dos Interanienses, tese a excluir definitivamente depois do achado epigráfico que confirma *Veseo* como seu nome antigo³.

Salette da Ponte traça uma síntese do que se conhece do *forum* de *Seilium* (Tomar). Este *forum*, augustano segundo a investigadora, parece ter como elemento fundamental a basílica, aproximando-o dos *fora* de *Conimbriga* (1ª fase) e de *Aeminium*. O seu estudo, dificultado pelo avançado grau de destruição do monumento e pelas complicadas peripécias da arqueologia em meio urbano, não resolve todos os problemas em aberto, tanto mais que *Seilium* é uma das poucas cidades onde o estatuto municipal está comprovado pela epigrafia, deduzido em tantos sítios apenas pela presença de cidadãos da tribo Quirina.

Finalmente, a última comunicação, de Amílcar Guerra e Thomas Schattner, *El foro y el templo de Lancia Oppidana: nueva interpretación de Centum Celas (Belmonte)*, levanta novamente o problema da interpretação das ruínas de *Centum Celas* (Colmeal da Torre), de forma não isenta de polémica, uma vez que se propõe ver no monumento as ruínas do *forum* de *Lancia Oppidana*. Se a localização desta *civitas* deve procurar-se na zona

em questão, a classificação das ruínas merece ser meditada cautelosamente. Continuo a considerar o monumento como restos de uma estação viária, a partir da qual se desenvolveu um *vicus*, circunstância que não impede a sua interpretação como centro administrativo, a exemplo de outras situações conhecidas⁴, provavelmente idêntica à das ruínas da Póvoa do Mileu, na Guarda.

Resta-me sugerir a leitura deste excelente contributo para o estudo dos *fora* lusitanos, seguramente estimulante pela informação que faculta e pelas hipóteses que nele são apresentadas, sempre geradoras de novos e por vezes inesperados desenvolvimentos. Como escreveu Carlos Fabião, este volume de actas pode bem ser representativo do *estado dos conhecimentos antes do presente Colóquio*. Num momento histórico em que tantas estruturas consideradas inalteráveis tremem nos seus alicerces, não deixará de ser apropriado o estudo do monumento mais simbólico da boa ordenação do mundo romano.

Notas

1 - Carmen Aranegui (Ed.), *Los Fora de las Provincias Occidentales*, Madrid, 1987.

2 - Frank Vermeulen, / David Taelman, *From cityscape to landscape in Roman Lusitania: the Municipium of Ammaia, Changing Landscapes. The impact of Roman towns in the Western Mediterranean*, Bolonha, 2010, pp.311-324.

3 - Luís Fernandes *et alii*, *Uma nova ara votiva de Viseu*, *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*, 6, 2008, pp.185-189.

4 - Robin Hanley, *Villages in Roman Britain*, Princes Risborough, 2000², pp.36-39.

VASCO GIL MANTAS

SERAFIM, João Carlos Gonçalves Serafim (introdução e edição), CARVALHO, José Adriano de Freitas (supervisão científica), *Um Diálogo Epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*. Porto, co-edição CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (ISBN: 978-989-8351-09-8) e Edições Afrontamento (ISBN: 978-972-36-1187-8), 2011, 452 pp.

Esta obra reúne uma centúria de textos da correspondência epistolar trocada entre dois grandes apreciadores de livros – o bibliófilo e mecenas editorial D. Vicente Nogueira, e o outro grande mecenas português do séc. XVII D. Vasco Luís da Gama, 5º Conde da Vidigueira, Almirante de Portugal e embaixador, mais conhecido como 1º Marquês de Niza, – e mais uma vintena de outras cartas permutadas por cada um destes mesmos autores com outros intelectuais portugueses e estrangeiros, entre os quais se contam Manuel Severim de Faria, Cristóvão Soares de Abreu, diplomata em Munster e Paris, Pedro da Silva Sampaio, Nicolau Monteiro, Frei Lucas Waldding e o rei D. João IV, e estrangeiros como Jacques-Auguste de Thou, Galileu, Claude Peiresc.

O âmbito cronológico do acervo aqui reunido respeita sobretudo ao tempo em que o Marquês de Niza se encontrava como embaixador de D. João IV em Paris e Vicente Nogueira em Roma, onde este passou, em exílio e como destacado funcionário da cúria papal, os últimos vinte anos da sua vida.

É manifesto o grande interesse histórico, ideológico, político-diplomático, cultural e literário da correspondência epistolar destes dois homens, mas o que ela revela de singular tem a ver com o movimento livreiro em geral: o circuito de mercado e as preferências dos leitores e colecionadores e suas permutas e ofertas, exemplificados na figura destes dois bibliófilos; os alfarrabistas, o livro antigo e a apetência das novidades; a apreciação e crítica dos entendidos e a própria organização de uma biblioteca, entre outros vários aspetos relativos à atividade bibliófila.

O doutor João Carlos Gonçalves Serafim, responsável pelo notável trabalho de recolha, análise e edição deste “Diálogo Epistolar”, fá-lo preceder de um cuidadoso estudo introdutório que serve de roteiro ao leitor destas cartas e em que descreve “as vicissitudes” históricas deste género literário em geral e, em particular, no quadro da história da literatura portuguesa em que se insere o conteúdo deste livro; apresenta uma biografia dos dois “nobres e bibliófilos” em causa, apoiada em abundante e adequada anotação

bibliográfica; fala “Das bibliotecas de Lisboa” do domínio público e da sua carência muitas vezes suprida pelas coleções e bibliotecas privadas, concedendo especial atenção às preocupações expressas pelo Marquês de Niza quanto à organização da sua biblioteca.

Neste estudo mereceu especial atenção um capítulo dedicado aos “Livros aconselhados, livros comprados”, dando particular relevo aos “Tratados de Arte Política” e de “Tratados de História”, às “Leituras Espirituais” e aos “Textos Proféticos”. O editor termina esta introdução com a necessária exposição dos “critérios de edição” por ele seguidos, com uma tabela de “Siglas” e com um “Índice das Cartas”.

A somar a todo o interesse do conteúdo deste espólio epistolar, a presente coleção tem o mérito não só de tentar reunir pela primeira vez toda a correspondência epistolar trocada entre D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza, colmatando assim as lacunas próprias de cada uma das edições parcelares dos vários editores anteriores, mas também a importante novidade de apresentar, nesta edição, perto de meia centena de cartas inéditas.

SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO

SERGHIDOU, Anastasia, *Servitude tragique. Esclaves et héros déçus dans la tragédie grecque*, Institut des Sciences et Techniques de l’Antiquité, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2010, 370 pp., ISBN 978-2-84867-279-3.

Reflexão reveladora de grande sensibilidade, muito bem estruturada e assaz perspicaz sobre o universo da escravatura na tragédia grega, *Servitude tragique*, de Anastasia Serghidou, organiza-se em duas partes: a primeira considera, no âmbito de circunstâncias gerais de sujeição e de perda de liberdades, e no plano metafórico, as diversas aceções de ἐλευθερία, δουλεία, ἐλεύθερος e δούλος; e, no plano feminino, a distinção entre as cativas de guerra e as escravas de nascença, as afinidades entre a escravização de uma mulher e a de um território, e as implicações e consequências, para a primeira, da perda de um *oikos* próprio e da chegada a outro alheio. A segunda parte reflete sobre os vários tipos de senhores e de escravos e as diversas relações que entre eles se estabelecem, as múltiplas funções dos escravos, a variedade de discursos servis, o modo como os diferentes olhares traduzem as múltiplas relações de dependência, e as máscaras e os

corpos de senhores e escravos enquanto reflexos do poder ou da perda ou ausência do mesmo.

Dos binómios δουλεία / ἐλευθερία e δούλος / ἐλεύθερος, diz, com efeito, a investigadora que se o primeiro conceito de cada um se empregava no âmbito de situações de inferioridade, submissão e exclusão, traduzidas em dependência física, privação de autonomia gestual, de liberdade de movimentos, de percepção e reflexão críticas, de capacidade deliberativa, de perspicácia do olhar e de expressão linguística, a que se viam constringidos indivíduos de origem escrava ou a quem algum infortúnio privava de liberdade; já o segundo termo de cada um dos referidos binómios, além de, em frases negativas ou em contraponto, se registar nos mesmos contextos do primeiro, ainda presidia ao discurso dotado de sabedoria e capaz de instruir, caracterizava uma condição norteada por ideais cívicos, aristocráticos, comunitários ou de carácter coletivo, se manifestava na capacidade de questionar a qualidade do poder vigente e de se opor ao autoritarismo, era critério de distinção entre cidades gregas subjugadas e livres, e correspondia à libertação de tormentos e males, e do poder maléfico das trevas e da morte, decorrentes de um assassinio.

Embora M. M. Mactoux esclareça, no “Préface”, que «l’objectif n’est pas de déchiffrer le discours de l’esclavage dans les tragédies, ni sa transposition métaphorique dans la stratégie discursive des différents personnages» (9), a verdade é que, em capítulo intitulado “Les mots et les hommes” e tendo, desde logo, em conta o que geralmente sucedia aos heróis vencidos no campo de batalha, não podia S. deixar de aludir à superioridade de Gregos em relação a Persas «qui ont voulu s’imposer par un “asservissement” de l’Hellespont» (28), ao uso, por parte de certas personagens, dos conceitos de δούλος e de δούλευμα para caracterizar a sujeição de um indivíduo de condição livre à vontade de outro/a; ao emprego do primeiro dos referidos conceitos no âmbito da obsessão por parte do ser humano de bens materiais, estatuto social e/ou reconhecimento por parte do povo; ou a propósito da dependência do guerreiro relativamente às armas. Em conformidade, porém, com a advertência de M., não alude S., p. ex., a *Hipp.* 424, onde a Fedra euripídiana diz que, apesar de um espírito eventualmente corajoso, escravo é quem vive com a consciência dos crimes dos pais, embora a investigadora admita que, em processos de escravização efetiva de pessoas livres, se possa proceder a uma desvalorização dos antepassados enquanto garantes de nobreza ancestral.

Entre as implicações subjacentes à escravização de mulheres livres, contam-se o afastamento do *oikos* familiar (cf. cativas troianas de Eurípides),

a simples imobilização do sujeito (cf. Antígona das *Phoenissae* de Eurípides), e a privação do leito nupcial, do contacto com a pátria, e a obrigatoriedade de peregrinar por mar (cf. Andrómaca), a solidariedade entre as cativas e a rainha, agora também cativa e rival de outra rainha em novo *oikos* (cf. *Hecuba* de Eurípides; sobre a rivalidade entre rainha escrava e sua senhora, v. Andrómaca de Eurípides), a perda de solidariedade familiar e de tutela cívica, o desmantelamento do par mãe – filho (cf. Andrómaca de Eurípides), a pobreza, o casamento degradante, a exclusão dos rituais cívicos, a desvalorização do papel de progenitora (cf. afinidades entre a Electra de Eurípides e uma escrava). Esta secção é bem reveladora da criteriosa seleção de exemplos que acompanha a reflexão de S.

Além do paralelo entre a escravização de uma mulher e a conquista de um território (cf. uso dos termos *doriktetos*, *aichmalotos* e *dourialotos*), regista S. o que se estabelece entre a dissimetria social subjacente à relação senhor / escravo e a superioridade social, política e cultural dos Gregos – que, no âmbito de uma política segregacionista, não deixam de reconhecer o interesse público e privado da escravatura, a importância do escravo enquanto elo de ligação entre as várias gerações dentro do *oikos* – relativamente a bárbaros que maltratam os escravos (cf. Arauto que representa os Egipcíadas nas *Supplices* de Ésquilo ou o Arauto dos *Heraclidae* de Eurípides) e se deixam dominar por emoções e intuições (cf. Cassandra e Medeia), pela opulência e voluptuosidade, pela ousadia de julgarem os deuses (cf. Páris em *IA* 71-4, e Helena em *Troades* 991-7).

Importa, no entanto, ter presente que, em contraste com uma Medeia senequiana que no acto I se exhibe em fase avançada do seu *affectus*, inicia Eurípides a sua *Medea* com a Ama no *logeion*, e, deste modo, logra fazer recair sobre Jasão o odioso de toda a situação e resguardar, de juízos menos favoráveis do público, uma estrangeira que revela um completo domínio da razão no modo como conquista a simpatia do Coro de mulheres gregas e do público, na frieza e no calculismo com que dialoga com Egeu e, pela segunda vez, com Jasão, e nas dúvidas que suscita no público quanto ao momento em que se torna fria e inumana.

Considerada a personagem efeminada do Frígio, que funciona como duplo de Orestes e de Electra, e, deste modo, põe em contacto polaridades inerentes ao masculino e ao feminino, ao bárbaro e ao grego, e ao gineceu e ao espaço público, passa S. a refletir sobre as afinidades entre quem exerce o poder político, quem exerce o doméstico e quem exerce o religioso, e, depois de notar a dimensão ética e pessoal dos conceitos de tirania e de

tirano, que se podem traduzir em insolência, solidão, desrespeito pelos deuses, transgressão da *dike*, desprezo pelos amigos e/ou indiferença relativamente ao povo, que tornam inativos os membros da *polis* ou do *oikos* (cf. assassínio de Agamémnon ou situação de Electra em Ésquilo), que põem em causa a integridade física de subjugados ou dependentes (cf. Lico em Eurípides, *HF* 251); e após definir, em termos de brandura, de carisma, de ausência de violência, de presença de restrição, de distância hierárquica, de reverência, respeito e compaixão mútuos, a relação entre *despotai* e escravos, que é do tipo da que se estabelece entre deuses e homens e se pode traduzir no recurso aos conceitos de *anax* e *basileus* – conclui que se os senhores políticos são, para os trágicos gregos, os modelos do mando, os escravos domésticos constituem os da sujeição.

Com base na intransigência do Arauto dos Egipcíadas, na iniquidade, violência e descaramento de Egisto e nas consequências de tal comportamento na Ama de Ésquilo, *Coephoroi* (cf. Ama da *Medea* de Eurípides), no facto de, aos olhos de Electra, Clitemnestra deixar de ser mãe e passar a ser *despotes*, sustenta S. que se verifica uma inversão heroica na capacidade do escravo de oferecer ao senhor um “serviço”, de por ele sentir compaixão, devoção, ternura e amizade, de o complementar e o apoiar no seu infortúnio, de com ele formar um par unificado que enfrenta os problemas internos da morada comum.

Embora não reconheça autonomia ou dimensão simbólica a atos-testemunhas, aos de reprovação, aos reveladores de segredos autónomos, aos confirmadores de atitudes lisonjeiras, e, ao cabo, a todos os de transmissão que se encontram isentos de reflexão própria, não deixa S. de suspeitar nos últimos uma cooperação, uma prestação, uma gratuidade e uma preciosidade, que definem uma civilidade marcada pela necessidade (*χρεία*), pelo valor (*ἄξια*) e pela graça (*χάρις*). Os serviços do escravo ao senhor devem, então, inscrever-se no âmbito de uma complementaridade recíproca definida pelas normas da troca-dom e da obrigação moral que a distinguem de uma simples subordinação.

Apesar de a inquietude, a compaixão e a solicitude pautarem a assistência moral, psicológica, nutricional, educativa e factual das Amas às respetivas senhoras, e, por conseguinte, conferirem certa autonomia à ação de certos serviçais, não deixa S. de notar que a atitude da Ama do *Hippolytus* de Eurípides, centrada no agir e na revelação dos sentimentos de Fedra, não só põe em causa a fidelidade e a benevolência na prestação de apoio da primeira à segunda, como também a torna contrastante com a

Ama da *Medea*, que se define por certa passividade, pelo olhar observador e inquieto, pelo sofrimento e amargor. Muitos são os traços da Ama que se podem encontrar na Electra da peça homónima de Sófocles, que, socialmente excluída, sem esposo ou independência alimentar, faz de Orestes o seu senhor e assegura a descendência de Agamémnon.

Quer nas secções consideradas, quer quando reflete sobre o *ponos* associado à prestação do escravo, ou sobre a incompatibilidade entre, por um lado, as ameaças, a violência e a traição, e, por outro, o mérito e a alegria na atitude escrava (cf. Ónfale, Hércules e Eurito); ou sobre os trabalhos servis (serviços domésticos, cuidados educativos, acompanhamento militar); ou, mercê da própria condição do escravo e das convenções cénicas, sobre as funções de mediação entre o passado e o presente, entre o interior e o exterior do palácio, entre a vida e a morte, ou de transporte de mensagens, cadáveres e utensílios militares, venatórios e rituais; sobre os espaços limítrofes que ocupam e as tarefas domésticas que realizam e as pessoas livres temem ter de vir a levar a cabo; sobre as palavras ponderadas de algumas amas e dos pedagogos – o que S. faz é precisar os contornos de uma personagem que parece oscilar entre a ausência de *êthos* e a presença de ‘carater(ização)’ que, de acordo com *Po.* 6.1450b8ss., ‘é aquilo que revela qual a decisão’ (trad. Valente em ed. Gulbenkian); motiva uma ação que, reciprocamente e sobretudo, contribui para o moldar; e, segundo 15.1454a20 e em obediência a uma ética social e pública grega, se deve caracterizar, entre outras coisas, pela bondade que se pode encontrar em todos os tipos de personagem, inclusivamente na mulher e no escravo, embora admita o Estagirita a possibilidade de a primeira ser um ente inferior e o segundo inteiramente vil (cf. *Rh.* 2.12-14, 3.7.6-7, *Pol.* 1.12-13, Horácio, *Ars* 114-18 e 156ss.), e de certos indivíduos caírem imerecidamente em semelhante condição (cf. Eumeu da *Odyssea*).

A referência ao discurso inflamado da personagem que, na assembleia argiva do *Orestes*, incita o povo à violência e constitui um bom exemplo de *parresia* negativa não pode deixar de trazer à memória a intervenção impudente de Tersites, cuja imoralidade, de acordo com Homero, *Il.* 2.212ss., se reflete na deformidade física. Intimamente relacionado com este tema, anda, no âmbito do que S. designa de “culture somatique” (307), a diferença entre a caracterização física do herói, cujo corpo é fonte de resistência, graça, harmonia, e meio de comunicação e, muitas vezes pela morte, de conquista da glória no campo de batalha; e a caracterização do escravo, que reflete decadência e desintegração física, um aspeto andrajoso, fadiga,

isolamento, recolhimento em casa e, na guerra, profundo receio de morrer e indiferença perante a valorização social da morte no campo de batalha. Que este tópico trágico reflete a ideia que na sociedade ateniense do séc. V corria sobre o escravo, é o que se parece poder depreender da legislação, atribuída a Sólon (Ésquines, *Contra Timarco* 1.138-139), que proibia o escravo de se exercitar ou lutar nos *gymnasia*.

Embora me pareça que um diálogo do texto trágico com o contexto histórico-social e com o intertexto – eventualmente até com o cómico, mas, como se viu, não só –, e que um bom *index locorum* pudessem enriquecer o trabalho, a verdade é que a análise de S. revela uma notável sensibilidade ao tema e critério na seleção de exemplos, e lança nova luz não só sobre o comportamento de personagens servis, mas também sobre o das de condição livre que com elas interagem e/ou que como elas se comportam.

PAULO SÉRGIO FERREIRA

SOARES, C.; FIALHO, M.C.; MORÁN, M.C.A; MONTIEL, R.M.I (Org.).
Norma & Transgressão II. Coimbra: Imprensa da UC, 2011.

Norma & Transgressão é uma coletânea de artigos organizada pelas professoras Carmem Soares, Maria do Céu Fialho, María Consuelo A. Morán e Rosa María I. Montiel, resultante do Colóquio Internacional homônimo ao título do volume realizado em 2008 e promovido pelo Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos e pelo Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra, com a colaboração da Universidade de Múrcia. Os artigos da coletânea propõem uma discussão acerca das variadas formas como as sociedades vivenciam as suas experiências de regulamentação de suas normas e, ao mesmo tempo, de como subvertê-las. Porém, a transgressão implica um outro processo, qual seja, aquele da sua inserção na realidade social, permitindo a criação de uma nova dinâmica de identidade.

A obra em questão possui dezesseis artigos escritos por especialistas em variadas temáticas e temporalidades, de diversas universidades portuguesas e internacionais, se caracterizando pela opção por uma abordagem interdisciplinar. A relação entre norma e transgressão é analisada pelos autores a partir de cinco grandes eixos temáticos, a saber: História da Antiguidade Clássica, Os Clássicos e a sua recepção: Contributos para

■ (des)construção de identidades culturais, Religião: Da Grécia aos dias atuais, Filosofia e Geografia.

As fronteiras entre as normas e as transgressões foram estudadas por Mark Beck e por Josep Monserrat Molas sob o viés das relações políticas. O primeiro, no artigo *Constitutions, Contingency and the Individual: Solon, Lycurgus, and the Early Development of Greek Political Biography*, reflete a questão no contexto grego antigo a partir da biografia política, destacando que as discórdias sociais – como os conflitos de facções e de grupos que jogam uns contra os outros – se constituem em um motor das transformações sociais. Quanto ao fenómeno das transgressões, o autor conclui que ele, na Grécia antiga, é sintomático de discórdias sociais e está associado com influentes indivíduos que propunham as pessoas certas no lugar e na hora certa. Já Molas, no artigo *A transformação da norma como forma de manter a ordem – uma nota sobre o sentido de ‘O Político’ de Platão*, parte da ideia de que “o sentido de *O político* reside na transmissão de uma responsabilidade partilhada de compreender o governo da cidade a partir da necessidade de defender a ordem precária com o contínuo *fazer e desfazer* que evita o caos e a tirania definitivos” (p. 39). Através da reflexão sobre a relação que Platão estabelece, na obra, com o feminino, o autor defende que a dinâmica entre normas e transgressões pode ser pensada em relação ao feminino; isto porque, em *O Político*, a demonstração e os limites da verdadeira política possível possui vinculações estreitas com uma arte de tecer exclusivamente feminina. Assim sendo, as artes da política e do tecer são metaforicamente análogas, *permitindo* a presença do feminino num plano culturalmente visto como masculino; isto é, a *incorporação* da transgressão.

A arte e a gastronomia também oferecem significativas contribuições para a discussão entre norma e transgressão. Luiza de Nazaré Ferreira e Carmen Soares atestam tal afirmação nos seus artigos. Ferreira, no artigo *Crianças na arte grega. Representações sociais e convenções artísticas*, se concentra na interpretação da cultura material (pintura e estatuária, em especial) que abarca o recorte cronológico desde a Idade do Bronze até o Período Helenístico, visando oferecer uma relevante contribuição ao estudo sobre a infância no mundo antigo grego. A autora busca confrontar as representações artísticas com os valores e normas vigentes na sociedade que as criou e estabelece relações entre o estatuto da criança e da mulher no mundo antigo grego. Uma das conclusões da autora é a de que os gregos sempre estiveram atentos às diferentes experiências da infância.

Centrando o seu foco de análise no consumo de carne em Plutarco e retornando à análise da documentação literária, Soares no artigo *Transgressões gastronômicas: 'Sobre o consumo de carne' em Plutarco*, propõe evidenciar o interesse desde a antiguidade com a temática da alimentação, incluindo “a preocupação com o bem estar (físico e mental) do homem, a carga ética que encerra, as leituras sociais de que é passível e as suas implicações ecológicas” (p. 100). As argumentações de Plutarco, nos dois tratados que ficaram conhecidos como *Sobre o consumo de carne*, são analisadas pela autora a partir de quatro perspectivas, a saber: razões antropológicas, filosófico-morais, médicas e ecológicas. No decorrer do artigo a dinâmica entre norma e transgressão pode ser entendida através da análise, em Plutarco, dos conceitos gregos de *phýsis*, *hýbris* e *anomia*, por exemplo, bem como de suas preocupações acerca do próprio consumo de carne pelos homens, e de seu bem-estar, de sua abstinência e do equilíbrio no ecossistema. O esforço de Plutarco se concentra na luta contra os excessos cometidos no consumo da carne e não em sua suspensão na dieta dos homens.

Voltando-se para a preocupação acerca da recepção dos clássicos, seis artigos da presente coletânea participam da discussão sobre norma e transgressão e nos oferecem uma reflexão sobre a construção de identidades culturais. O primeiro deles discute o que podemos chamar de a *presença* da poesia grega na literatura latina, em especial nas *Metamorfoses* de Ovídio. A proposta do artigo de María C. Álvarez e de Rosa María Iglesias é se focar na situação trágica das mulheres troianas na obra de Ovídio. Neste propósito, nada mais familiar do que recorrer à poesia épica helênica. Em *La tragédia de las mujeres troyanas en las Metamorfosis de Ovídio*, se observa não somente a presença nas *Metamorfoses* da poesia épica e do Ciclo épico, mas, principalmente, da poesia trágica de Eurípides. Pela temática, *Troianas* e *Hécuba* ganham destaque. As autoras concluem que Ovídio “segundo o script euripidiano, que entrelaça com os dados da épica para, o que aparentemente é o mesmo, é absolutamente novo, graças a pequenas, mas importantes inovações” (p. 151).

A tragédia de Eurípides, ou melhor, o mito de Medeia se fará notável nos dois próximos artigos. Maria do Céu Fialho se dedica ao estudo da obra *Sob o Olhar de Medeia* (1998) que marca a primeira incursão no romance de Fiamá Hasse Pais Brandão. Já Maria António Horster e Maria de Fátima Sousa e Silva elegem a peça *Medeia* (2008) de Mário Cláudio.

A proposta de leitura presente no romance de Fiamá Brandão é concebida em *Reinvenção do mundo e correspondência de símbolos em*

Sob o Olhar de Medeia de Fiamá Hasse Pais Brandão como inserida numa linha moderna de *ressacralização* do mito. O romance protagonizado pela personagem Marta nos insere numa reflexão acerca de um caminho aberto sob a forma do olhar sobre um universo inicialmente novo, desconhecido e fechado (p. 158); que nada mais é senão a dimensão interior das próprias personagens. As referências simbólicas no romance são distintas e complexas, o que é apontado por Maria do Céu Fialho. Esta, ao se perguntar sobre onde encontrar a matriz do mito de Medeia que teria inspirado Fiamá, entende que tal matriz não está em Eurípides, mas na epopéia dos *Poemas Argonáuticos* e nas *Metamorfoses* de Ovídio.

Diferente de Fiamá, Mário Cláudio adota como princípio estruturante de sua peça o drama grego de forma atualizada e através de constantes citações. A sua protagonista, homônima a de Eurípides, é uma mulher portuguesa, solitária e já idosa. Atriz em final de carreira, o seu projeto é levar à cena a *Medeia* de Eurípides. Assim como o tragediógrafo grego, Mário Cláudio se propõe a refletir sobre a sua própria sociedade. As autoras do artigo se perguntam se a Medeia portuguesa é uma transgressora. Elas concluem que sim, argumentando com situações sociais, familiares e internas da personagem; ressaltando que a conformidade às normas sociais também se faz presente em Medeia, até mesmo por sobrevivência da atriz. Transgride Medeia, mas também Mário Cláudio: Ele rotula Medeia com a experiência de uma mulher vencida.

O artigo escrito por Ana Paula Arnaut também se dedica à análise de uma obra de Mário Cláudio. Trata-se da novela *Boa Noite, Senhor Soares* (2008). Na obra, o passado dialoga com o presente narrativo, intercalando temporalidades e visões a partir do recurso do jogo intertextual com o *Livro do Desassossego* de Fernando Pessoa (Bernardo Soares). O *Senhor Soares* é Bernardo Soares, personagem da ficção heteronímica de Pessoa que passa a integrar a obra de Mário Cláudio. A relação estabelecida por Mário Cláudio com Pessoa/Soares é de profundo conhecimento e de incorporações harmoniosas, talvez facilitada pelo método proustofílico ao qual faz referência Ana Paula Arnaut nas páginas iniciais do artigo.

Mais dois artigos completam o eixo temático sobre os Clássicos e suas recepções: o de Susana Marques Pereira e o de Teresa Carvalho. Em *Adaptação dramática e transgressão*, Susana Pereira estuda as transgressões geradas com *performances* contemporâneas de algumas peças emblemáticas do teatro antigo grego. Mais do que propriamente as *performances*, o que a autora busca verificar é como as adaptações/atualizações feitas pelo mundo

contemporâneo são sentidas pelo público. Duas adaptações contemporâneas são postas à prova frente ao público grego. A primeira, *As Aves* do grego Karolos Koun, encenada em 1959, foi rejeitada pela plateia grega e, posteriormente, fortemente acolhida em Paris. Já a tragédia *Bacantes* de Eurípidés ganhou uma adaptação de Mattias Langhoff, em 1997. Mais uma vez, as inovações contemporâneas foram rejeitadas. E a crença de Langhoff na estreita conexão entre o drama antigo e a vida contemporânea não se sustentou; o que não invalida a ideia de que “o teatro grego permanece como modelo, mas revela-se, em simultâneo, um material disponível para constantes reformulações...” (p. 194).

Do teatro grego à epopeia portuguesa por excelência, *Os Lusíadas*. De Camões a Manuel da Silva Ramos e Alface. *Os Lusíadas* de Ramos e Alface é uma obra *inspirada* pelo final da obra homônima de Camões, na qual o poeta propunha ao rei D. Sebastião uma nova partida, legando ao poema uma quase imposição de novos motivos de epopeia (p. 215). O artigo de Teresa Carvalho tem por proposta discutir as ousadias que na *epopeia* de Ramos e Alface transgridem as fronteiras do gênero épico e dos códigos literários pré-estabelecidos; criticamente, enfatiza que a obra, com hiatos que geram um esvaziamento do conteúdo épico d' *Os Lusíadas* de Camões, subverte a prática romanesca tradicional e suas categorizações estéticas.

O artigo *Um passado mais-que-perfeito: O impacto do clássico na arquitetura britânica* de Isabel Donas-Botto discute o classicismo e a sua presença na arquitetura britânica ou, como a própria autora apresenta, “a associação entre uma suposta identidade britânica e o ‘clássico’” (p. 230). A expressão *império do bom gosto* que é usada para descrever o domínio do clássico na arquitetura inglesa de meados do século XVII ao princípio do XIX merece atenção no artigo, porque permeia a construção de uma tradição e de uma identidade nacionais. A proposta do artigo é instigante, não se reduzindo apenas à apreciação do êxito de algumas das propostas estéticas do *gosto inglês*, e concedendo espaço para o debate que marca a arquitetura britânica entre as correntes do *tradicionalismo* e do *classicismo* de um lado, e o modernismo, de outro.

Os cinco artigos que concluem a coletânea trazem à discussão questões sobre religião, filosofia e geografia. Os três primeiros desses textos articulam ideias acerca da religião grega à contemporaneidade. Adriana Freire Nogueira em *Quando a transgressão é norma – a religião grega em progresso* busca refletir sobre a relação entre homem e divindade, assim como as questões

que são levantadas a partir dessa relação – tanto individual quanto de grupo –, tendo por objeto de interesse os rituais de iniciação, que pressupõem uma participação coletiva. Há por parte da autora a preocupação em demonstrar que essa forma de relacionamento entre homens e divindades ultrapassa as tão conhecidas aventuras dos deuses narradas pela mitologia e se faz presente nas formas tradicionais de expressão da religiosidade portuguesa contemporânea. Podemos dizer que a tônica do artigo se concentra no estudo dos aspectos transgressores dos cultos, ou seja, naquilo que deveria ser considerado como transgressão e é norma em algumas situações.

José Augusto M. Ramos se dedica a pensar, no seu artigo, a temática da coletânea – norma e transgressão – à luz do paradigma bíblico. O autor foca seu interesse na questão da leitura bíblica, afirmando que esta tem se constituído na base da leitura pública e oficial há mais de dois milênios, suportando no seu interior o peso da dissensão entre o judaísmo e o cristianismo (p. 265). No âmbito do paradigma bíblico, os conceitos de norma e de transgressão se fazem presentes. A Bíblia, pela lei, assume o papel de uma norma; logo, o comportamento de fuga à lei representa a transgressão. Na sua análise, o autor não deixa de ter em mente que as religiões do livro, isto é, da leitura, são fenômenos essencialmente de cultura.

O último artigo do eixo religião é o de Carlota Miranda Urbano que se pauta no estudo da poesia neolatina produzida pela Companhia de Jesus, em especial, a epopeia composta por Bartolomeu Pereira (1640), tendo como primeira intenção edificar o leitor. Fica evidente no decorrer da obra a defesa pela Companhia da *norma* ortodoxa frente às transgressões. Nela, o discurso hagiográfico, com a riqueza literária da epopeia de modelo clássico, soube tirar proveito de uma eficácia em torno da defesa da norma ortodoxa frente ao debate com as várias heterodoxias.

O artigo que compreende o eixo temático Filosofia, de Maria Luísa Portocarrero, se dedica a pensar acerca das concepções de Paul Ricoeur, em especial o conceito de sabedoria prática. De acordo com Portocarrero, a sabedoria prática consiste justamente no inventar das condutas que melhor satisfazem a exceção pedida pela solicitude das pessoas, traindo o menos possível a regra. Este tipo de transgressão à regra é entendido pelo filósofo francês como não sendo uma aberração (p. 314).

Desvios e regras nos territórios do quotidiano de Noberto Santos finaliza a coletânea. O artigo une duas áreas temáticas, na concepção do autor, fortemente vinculadas: a Geografia e o Lazer. Tal vinculação se fortalece pelo fato de as categorias tempo e espaço serem suas referenciais.

O que Santos propõe é dar expressão, nas sociedades contemporâneas e notadamente de consumo, a territórios alternativos, tolerados ou de transgressão, e que têm no lazer, no turismo, nos estilos de vida e no quotidiano a sua representação maior. Estabelecendo comparações entre normas e regras, o se deseja é identificar o modo como pessoas e culturas assimilam diferentes formas de fazer, entendendo umas como fatos culturais, e outras como desviantes/marginais.

A obra se mostra bastante equilibrada na sua proposta de pensar como as diferentes sociedades, no espaço e no tempo, refletiram as relações entre os conceitos (e as práticas) de norma e transgressão. Convidando-nos à participação no debate, os artigos oferecem argumentos e abordagens instigantes sobre a questão, sem, no entanto, encerrá-la. Eles apresentam alternativas diversificadas e interdisciplinares de interpretação, nos incitando a percorrer pelos caminhos que nos conduzem à *Norma & Transgressão*.

FÁBIO DE SOUZA LESSA